

**Universidade Brasil
Curso de Pedagogia
Campus Descalvado**

BIANCA IGNÁCIO DA SILVA

**ORTOGRAFIA: A INFLUÊNCIA DA LEITURA NA ESCRITA
CORRETA**

**ORTHOGRAPHY: THE INFLUENCE OF READING IN WRITING
CORRECT**

Descalvado, SP

2017

Bianca Ignácio da Silva

ORTOGRAFIA: A INFLUÊNCIA DA LEITURA NA ESCRITA CORRETA

Orientador(a): Prof.^a Esp. Fernanda Garcia Scrocchio Lourenção

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Descalvado, SP

2017

Autorizo, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste TCC, por processos xerográficos ou eletrônicos.

S578o Silva, Bianca Ignácio da
Ortografia: a influência da leitura na escrita correta / Bianca Ignácio da Silva . – Descalvado: [s.n], 2017.
56f. : il. ; 29,5cm.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Esp. Fernanda G. Scrocchio Lourenção

1. Ortografia. 2. Leitura. 3. Língua oral. 4. Escrita escrita
5. Procedimentos didáticos-metodológicos. I. Título.

CDD 469.152

Assinatura do aluno:

Data: ____/____/____

Universidade Brasil
Curso de Pedagogia
Campus Descalvado

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ortografia: a influência da leitura na escrita correta

Autora: Bianca Ignácio da Silva

Orientador: Fernanda Garcia Scrocchio Lurenção

Esta monografia atendeu aos critérios de avaliação estabelecidos, sendo considerada suficiente para a obtenção do diploma do curso de Pedagogia pela Universidade Brasil.

Banca Examinadora:

Prof.^a Esp. Fernanda Gracia Scrocchio Lourenção

Prof. Dr. Marco Antonio Pratta

Prof.^a M.^a Marcia Maria de Oliveira Tessarin

Descalvado, SP

Data: ____/____/____.

Dedico este trabalho a meus pais e amigos, que me apoiaram e me incentivaram durante minha caminhada, em especial a minha querida avó Maria Custódia, que foi minha maior motivação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por iluminar meu caminho nos momentos mais difíceis e por me fazer acreditar que sou capaz.

Aos meus PAIS, que me deram as bases da minha educação, sempre me apoiaram e que demonstraram muita paciência e compreensão nos momentos em que estive ausente para dedicar-me aos estudos.

Agradeço também a Universidade Brasil, pela oportunidade de estar realizando o curso e a todos os mestres que contribuíram para a formação do meu caráter profissional, em especial a Prof.^a Esp. Fernanda Garcia Scrocchio Lourenção, pela paciência, apoio e confiança durante a construção deste trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, aqui deixo meu muito obrigada!

“[...] poucas coisas marcam um leitor como o primeiro livro que realmente abre caminho ao seu coração [...]

Carlos Ruiz Zafon

**ORTOGRAFIA: A INFLUÊNCIA DA LEITURA NA ESCRITA
CORRETA
RESUMO**

O presente trabalho tem a finalidade de aprofundar as discussões acerca das questões que envolvem a ortografia, tanto na leitura quanto na escrita, assim como levantar conceitos que permeiam o ensino-aprendizagem da língua oral e escrita, em especial o processo de aprendizagem da ortografia, e quais procedimentos didáticos-metodológicos auxiliam na aprendizagem efetiva desta, bem como de que forma a leitura contribui para o processo de aquisição da Língua Portuguesa. Através de uma análise histórica do surgimento da Língua Portuguesa, bem como da trajetória do acordo ortográfico da Língua Portuguesa, também se pretende levar a uma reflexão quanto a importância de se dominar a ortografia e como a leitura pode influenciar na escrita correta e qual o papel da escola na construção da proficiência leitora. A metodologia a ser utilizada será a bibliográfica do tipo descritiva, em uma abordagem qualitativa, que pretende levar a conclusão de que a leitura influencia na forma efetiva da aprendizagem, assim como o uso adequado da escrita no que se refere a ortografia.

Palavras-chave: ortografia, leitura, língua oral, língua escrita, procedimentos didáticos-metodológicos.

**ORTOGRAPHY: THE INFLUENCE OF READING OF WRITING
CORRECT
ABSTRACT**

The present work has the purpose of deepening the discussions about the questions that involve the spelling both in reading and writing, as well as to raise concepts that permeate the teaching and learning of oral and written language, especially the process of learning spelling, and which didactic-methodological procedures help in the effective learning of this, as well as in what way the reading contributes to the process of acquisition of the Portuguese Language. Through a historical analysis of the emergence of the Portuguese Language as well as the trajectory of the spelling agreement of the Portuguese Language, it is also intended to reflect on the importance of mastering spelling and how reading can influence correct writing and what role of the school in the construction of reading proficiency. The methodology to be used will be the descriptive bibliographical, in a qualitative approach, which intends to lead to the conclusion that reading influences the effective way of learning, as well as the proper use of writing as it relates to spelling.

Keywords: spelling, reading, oral language, written language, didactic-methodological procedures.

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO 1

Quadro 1 - Trajetória do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.....	21
Quadro 2 - Bases do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.	24
Quadro 3 - Fragmentos das transformações da escrita.	25

CAPÍTULO 3

Quadro 1 - Ensino tradicional X construtivismo.	42
Quadro 2 - Algumas atividades de leitura (adaptado do quadro Modalidades didáticas de trabalho com a linguagem).	43
Quadro 3 - Atividades de produção de texto (adaptado do quadro Modalidades didáticas de trabalho com a linguagem).	45
Quadro 4 -Atividades de análise linguística (adaptado do quadro Modalidades didáticas de trabalho com a linguagem).	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	14
LÍNGUA PORTUGUESA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ORTOGRÁFICOS.....	14
1.1 Os aspectos externos na formação da Língua Portuguesa: um olhar histórico.....	14
1.2 A expansão de Portugal e a formação dos elementos internos da Língua Portuguesa	18
1.3 O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990	21
CAPÍTULO 2	27
A LEITURA NA CONSTRUÇÃO DA ORALIDADE E DA ESCRITA	27
2.1 A língua oral na construção da proficiência comunicativa.....	29
2.2 A língua escrita e o ensino da leitura.....	32
2.3 O ato de ler	34
2.4 O papel da escola na construção da proficiência leitora.....	36
CAPÍTULO 3	40
MODALIDADES DE LINGUAGEM E PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS NO ENSINO DA ORTOGRAFIA	40
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS	54
BIBLIOGRAFIA	57

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de aprofundar melhor as indagações que envolvem a ortografia no processo de aquisição da escrita, esta pesquisa pretende refletir sobre questões como a função da ortografia no uso social da língua escrita; quais as dificuldades no ensino da mesma; de que forma a leitura influencia no processo de aquisição da ortografia para uma escrita proficiente.

Através de uma análise histórica quanto ao surgimento da Língua Portuguesa, bem como da necessidade do uso da ortografia para as situações de uso da língua escrita nas práticas sociais, como a fala e a escrita adequada, pretende-se com esta pesquisa um aprofundamento teórico para ampliar os conhecimentos que giram em torno da ortografia, avaliando quais procedimentos didático-metodológicos são mais eficientes para o ensino deste conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa (ortografia) e como aplicá-la no cotidiano sem que haja a necessidade da memorização das regras gramaticais.

"A ortografia de uma língua consiste na padronização da forma gráfica de suas palavras para o fim de uma intercomunicação social universalista" (AZEREDO, 2008. p.13). No sentido etimológico, a palavra ortografia é derivada do grego *ortho*, que significa correto, e *graphos*, cujo significado é escrita, sendo assim, ela é a parte da gramática normativa em que se ensina a escrever corretamente as palavras da língua, na norma culta, de um determinado País, formada por um sistema complexo, cheio de regras e sistematizado.

O sistema ortográfico da Língua Portuguesa em vigor atualmente é o de 1990, resultante do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado em Lisboa, no dia 16 de dezembro, e implementado oficialmente no Brasil a partir de 2009. Em 1994, o Congresso Nacional aprovou o acordo, com o intuito de unificar a ortografia da Língua Portuguesa utilizada na comunicação lusófona¹, porém, "a diversidade de pronúncia entre portugueses e brasileiros, não permitiram alcançar uma padronização ortográfica perfeita" (CEGALLA, 2010, p.52), mas é uma válida iniciativa de almejar a unicidade ortográfica de um dos idiomas mais falados do mundo.

Além do estudo teórico sobre o ensino da ortografia, também busca-se discutir a influência que a leitura tem, tanto na formação letrada do indivíduo, quanto na construção dos conhecimentos acadêmicos, sendo sua aprendizagem vista como fonte de saber e autonomia no uso da língua.

Para se compreender uma língua é preciso conhecer a priori sua formação histórica. A origem da Língua Portuguesa ocorreu no momento em que Portugal se estabeleceu como nação,

¹ Países que falam a Língua Portuguesa.

ganhando a língua falada o estatuto de idioma, o que, posteriormente, influenciou na formação cultural do Brasil, com a chegada e a ocupação da terra pelos portugueses no processo de colonização a partir do século XVI, porém tal processo já havia se iniciado em meados do século XIII, no momento que Portugal formava suas fronteiras com intuito de expandir seu território. O estabelecimento definitivo da Língua Portuguesa se deu pelo Tratado de Badajoz², assinado em 1267, entre D. Afonso III e Afonso X, rei de Castela e Leão, período em que o galego-português se evidenciou na sua forma literária, ou seja, o início de uma manifestação de escrita. Quando Portugal começou sua expansão, e acabou assim por levar a Língua Portuguesa à regiões distantes, sendo utilizada primeiramente como língua falada pelos colonos e mais tarde como língua oficial dos países colonizados, vindo assim, futuramente, a se estruturar na ortografia portuguesa que é conhecida e utilizada atualmente.

Já o sistema de escrita, que é uma representação da fala, reproduz um tipo de comunicação que se dá através de símbolos ou grafemas. Há sistemas de escrita que representam o significado e outros que representam os sons da língua, ou seja, o som da fala/pronúncia. O sistema de escrita utilizado na Língua Portuguesa, é chamado de alfabético, pois para cada fonema há um grafema que o representa (BRASIL, 2008).

Para discutir os conceitos já levantados de forma brevemente, o trabalho em questão pautará na pesquisa descritiva do tipo bibliográfica, onde se analisará alguns fatos sem a manipulação do material a ser pesquisado, também sem a opinião pessoal por parte do pesquisador. O estudo será realizado através de um levantamento bibliográfico em livros e autores renomados que abordam o tema em questão, não descartando ainda os sítios na internet, bem como artigos acadêmicos (SciELO), periódicos, Google acadêmico, bibliotecas de universidades sendo elas físicas ou online, sítios de livrarias, entre outros. Tal levantamento, através de uma abordagem qualitativa, pretende colocar em foco, bem como ampliar a reflexão sobre a aprendizagem da ortografia, pela análise de múltiplos conceitos e abordagens já pesquisado, e que segundo a concepção de Goldenberg (1997, p.34) “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Primeiramente será feito o estudo de todo o conteúdo a ser tratado no decorrer da pesquisa, dando destaque ao tema escolhido e situando o leitor quanto ao assunto presente no mesmo. Em seguida pretende-se dar início às indagações aqui apresentadas, traçando uma diretriz, desde como surgiu a ortografia até qual é o papel do professor no processo de mediação

² Acordo entre Portugal e Espanha

na construção da ortografia, para se chegar na importância de aprender a ortografia corretamente e o como a leitura pode ajudar no processo.

Ante o exposto, o primeiro capítulo oferecerá uma compreensão abrangente do tema em questão, conceituando a ortografia em seus contextos históricos, do surgimento da Língua Portuguesa até o acordo ortográfico vigente. O segundo capítulo abordará a importância da leitura em todo o processo de aquisição da língua, além de fazer uma reflexão sobre a construção da língua oral e escrita pelo sujeito, e de que forma esta contribui para o uso fluente da língua. O terceiro e último capítulo discutirá como o professor pode mediar a construção da ortografia para propiciar a aprendizagem efetiva da Língua Portuguesa, levando o aluno a utilizá-la de forma correta nos diversos contextos de uso social da língua oral e escrita. Portanto, com a análise dos referenciais teóricos tem-se a intenção de mostrar como o ensino da ortografia contribui para uma leitura e escrita proficiente.

Se por um lado vive-se em um mundo onde a comunicação oral representada pela mídia e pelos canais de comunicação, seja ela oral ou escrita, são de total importância para o fortalecimento das relações pessoais, por outro, o que se vê é um descaso no que se refere a grafia correta, principalmente nas redes sociais em que as palavras são escritas erroneamente e os vocábulos simples são reinventados.

Desse modo, é necessário ter um olhar atento em relação a ortografia, resgatar sua vasta riqueza do vocabulário e que ele não é somente regras e complicações, pois o estímulo regular da escrita conduz a criança a capacidade de ler, interpretar e redigir textos com proficiência, levando esse conhecimento para sua vida profissional futura, momento em que se faz necessário utilizar a norma culta nas práticas sociais. Assim sendo, ortografia é bem mais que a escrita correta de uma palavra, é o todo que cerca essa aprendizagem, desde o início da escolarização do sujeito até a vida adulta.

CAPÍTULO 1

LÍNGUA PORTUGUESA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ORTOGRÁFICOS

A história da Língua Portuguesa, assim como a formação de outros idiomas, perpassa por transformações tanto no tempo, quanto no espaço. Por isso, pode-se dizer que enquanto formação do idioma, dois momentos distintos o dividem, sendo o primeiro voltado para a língua externa que teve seu início na Península Ibérica, pelo surgimento dos dialetos que originaram a Língua Portuguesa atual, e o segundo momento refere-se a língua interna, que trata da descoberta de terras pelos portugueses, dentre elas o Brasil e a ocupação pelo mesmo.

Portanto, entende-se como língua externa todos os acontecimentos históricos, sociais e linguísticos ocorridos na Europa, demarcando assim, todo o processo de evolução no continente europeu, mais precisamente na península ibérica, que posteriormente viria a se tornar Portugal. No momento em que é mencionada a língua interna, está se descrevendo todos os acontecimentos que se sucederam no Brasil a partir do descobrimento de novos territórios, e mais significativamente com a chegada da corte portuguesa no território brasileiro (CARVALHO; NASCIMENTO, 1969).

Ao longo desse capítulo, pretende-se apresentar as principais mudanças ocorridas na Língua Portuguesa ao longo de sua trajetória, destacando-se também o novo acordo ortográfico outorgado em 1990, e seu importante papel, no que se refere a simplificação da grafia.

Para compreender a Língua Portuguesa na atualidade é importante refletir sobre a evolução de sua história antes da formação de Portugal, e como ocorreu o seu desenvolvimento na Península Ibérica. Para tanto, num primeiro momento serão discutidos os aspectos externos de sua formação e posteriormente os internos, com o objetivo de compreender que a língua enquanto idioma sofreu influência de outras línguas antes da consolidação do reino de Portugal e no período colonial.

1.1 Os aspectos externos na formação da Língua Portuguesa: um olhar histórico

A origem da Língua Portuguesa externa aconteceu no continente europeu, que é caracterizado pelos períodos históricos conhecidos como anterior ao domínio dos Romanos e posterior a invasão destes, sendo este momento chamado de Romanização³ da Península Ibérica.

³ Período em que Roma invadiu a península ibérica para povoamento.

Os documentos fonte desta pesquisa, apontam que a Península Ibérica foi um território bastante diversificado, tanto linguística, quanto culturalmente. Nela habitaram os mais variados povos, como os iberos, celtas, também conhecidos como celtiberos, os fenícios, os gregos e os cartagineses, período da história que ficou conhecido como pré-romana.

No século VIII a.C., os povos celtas invadem a Península, tendo assim uma influência significativa que durou aproximadamente até a conquista romana, ocorrida no século III a.C., com o objetivo de defender os celtiberos da expansão cartaginesa, os romanos adentram a península, ficando esse movimento conhecido como Guerras Púnicas.⁴

No ano de 197 a.C. a Península Ibérica tornou-se província de Roma, mas esta encontrou dificuldades como as variedades dos grupos étnicos existentes e divididos entre si, assim como, a árdua estrutura geográfica, porém o fato é que mesmo com toda essa complicação, Roma acabou conquistando o território. No entanto, alguns resquícios da linguagem dos povos celtibéricos foram deixado e perduram até o presente momento, que são palavras como: Camisa, cabana (cappana), carro (carrus), gato (cattus), entre outras.

Os Romanos modificaram o menos possível as unidades territoriais que encontravam. Isso mostra a habilidade deles, porque mudá-las, ou alterá-las profundamente, de certo provocaria susceptibilidades e inconveniências, que trariam protestos: assim se complicaria a administração. Igualmente respeitavam as subdivisões (pagi), que eram unidades ainda mais precisas: quer pela configuração geográfica, quer pela constituição étnica (SILVA NETO, 1986, p.70).

A dominação do território se deu no âmbito militar, político e cultural, trazendo consigo teatros, bibliotecas, auditoria, leituras públicas, escolas, o serviço militar obrigatório, entre outros. Outra contribuição importante foi na linguística, momento em que ocorreu a imposição do Latim, idioma oficial romano, porém o latim clássico, falado no Lácio, empregado na língua escrita e falada, usado pelos artistas e pela sociedade culta, ficou restrito a classe mais abastada. Às classes dominadas foi introduzido o latim popular/vulgar, popularizado principalmente pelos soldados e comerciantes levando aos grupos urbanos as novidades da cultura romana, dando origem aos dialetos que posteriormente seria chamada de romanços ou romances.

Assim o processo de aculturação foi lento, porém progressivo, de maneira que a Península Ibérica, segundo Carvalho e Nascimento (1969, p.20) “ [...] chega ao século V da era Cristã já completamente romanizada, isto é, politicamente pertencendo ao Império Romano e

⁴ Série de três conflitos que opuseram a República Romana e a República de Cartago, cidade-estado fenícia, no período entre 264 a.C. e 146 a.C.

linguisticamente falando a língua de Roma”. Neste mesmo período os bárbaros germanos⁵ invadem a Península Ibérica, chegando assim o fim do reinado do Império Romano do Ocidente⁶. A partir de então os romances se distinguiram cada vez mais, e o latim vulgar passou a se desenvolver independentemente nas regiões, dando assim, origem as línguas neolatinas (línguas originárias do latim vulgar) ou românicas, como o francês, italiano, espanhol, português, romeno, rético, galego, provençal, catalão, sardo e dalmática.

Passados aproximadamente três séculos, mais precisamente no ano de 711 d.C., os árabes, também conhecidos como mouros, invadem a Europa e chegam a Península Ibérica. Vindos do norte da África pelo estreito de Gibraltar, trazem uma cultura diferente quanto a raça, os costumes e a religião, porém eles não foram bem aceitos pelos que ali já habitavam devido as extremas diferenças entre os povos. Contudo houve algumas das povoações vencidas que receberam influência dos árabes no que se refere a língua e costumes, com exceção da religião que continuava a ser a cristã, imposta pelos romanos, com isso esses povos ficaram conhecidos como moçárabes que significa a junção entre as raças (CARVALHO; NASCIMENTO, 1969).

Os mouros permaneceram na Península Ibérica por cerca de mais de sete séculos, e foram expulsos por volta de 1492, no século XV, pelo rei Fernando de Aragão e sua esposa Isabel de Castela⁷. O fato é que os árabes exerceram pouca influência no que se refere a Língua Portuguesa, no entanto esses vocábulos são utilizados até hoje, sendo caracterizados pelo prefixo AL, como se pode verificar nos exemplos a seguir: almofada, alfinete, álcool, alcachofra, entre outras.

Durante todo o período da reconquista da Península Ibérica foram travadas várias lutas com o intuito de expulsar os mouros do território peninsular, e em meados do século XI muitos aristocratas vieram a lutar sob a bandeira de D. Afonso VI, rei de Leão e Castela⁸, da qual D. Henrique, conde de Borgonha se destacou, e como recompensa pelos serviços prestados a coroa e a causa cristã, recebeu a mão de D. Tereja⁹ filha de D. Afonso VI, e o governo do condado de portugalense, território estabelecido na costa ocidental da Península Ibérica, entre os rios Minho e Douro.

⁵ Povos de origem germânica que habitavam as regiões norte e nordeste da Europa e noroeste da Ásia, na época do Império Romano, sendo eles, os Alanos, os suevos, os vândalos e os visigodos.

⁶ O ano de 476 d.C. marca a queda do Império Romano do Ocidente; o fim da Antiguidade e início da Idade Média.

⁷ Foram os primeiros reis da Espanha. Conhecidos como Reis Católicos, expulsaram do país os muçulmanos (adeptos do islamismo). Também financiaram as explorações de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo.

⁸ Um dos antigos reinos ibéricos surgidos no período da reconquista cristã sendo independente durante três períodos: de 910 a 1037 (sob domínio da casa Leonesa), de 1065 a 1072 (sob o domínio da casa de Navarra) e de 1157 a 1230 (sob o domínio da casa da Borgonha).

⁹ Teresa na Língua Portuguesa falada no Brasil.

Com a morte de D. Henrique, sua esposa Tereja ficou incumbida de assumir o governo para que posteriormente seu filho D. Afonso Henriques o assumisse. Este lutou bravamente para fazer do condado um estado independente do reino de Leão e Castela, e em 1139 deu-se a importante batalha de Ourique, quando D. Afonso Henriques foi proclamado rei de Portugal, todavia só em 1143 é que foi reconhecido a independência do condado de portugalense e o título de rei. “Estava, assim, definitivamente fundada um novo reino [Portugal] e aparecia no mundo europeu uma nova nação [a portuguesa]” (CARVALHO; NASCIMENTO, 1969, p.22, grifo do autor).

Neste período a língua falada nessa região era o dialeto galeziano, contudo após a fundação de Portugal passou a ser chamada de galego-português. Foi nessa língua que surgiu o primeiro documento escrito da literatura portuguesa, a conhecida Cantiga de Ribeirinha¹⁰ escrita por Paio Soares de Taveirós em 1189.

Ao longo do processo de dominação até a consolidação de Portugal como nação, a Língua Portuguesa passou por uma evolução histórica dividida em três períodos distintos, sendo o primeiro denominado de pré-histórico, o qual compreende o começo das origens da língua que vai do século V ao IX e temos o que foi chamado de romance lusitânico. O segundo período conhecido como proto-histórico, foi encontrado as primeiras palavras portuguesas em documentos redigidos do latim bárbaro no século IX ao XII, contudo a língua era falada, porém não escrita.

Já o terceiro período, conhecido como histórico, inicia-se no século XII chegando aos dias atuais, e é dividida em dois momentos, sendo eles, o arcaico e o moderno. O primeiro momento, conhecido como período arcaico, teve início no século XII sendo marcado pelo primeiro texto da Língua Portuguesa, à cantiga de Ribeirinha, como já mencionada, e a partir de então outros textos surgiram em forma de poesias trovadorescas, e mais tarde em prosa de cronistas, num português denominado arcaico. No ano de 1290, D. Dinis o rei trovador, obriga o uso da língua portuguesa, fundando assim, a primeira universidade em Coimbra. (CARVALHO; NASCIMENTO, 1969).

O momento moderno inicia-se no século XVI e chega até os dias atuais, trazendo um aperfeiçoamento e enriquecimento linguístico, com o intuito de aproximar a Língua Portuguesa da língua materna. No ano de 1536, tem-se o início da gramaticalização¹¹ do idioma, publicado

¹⁰ Cantiga feita por Paio Soares de Taveirós a D. Maria Pais Ribeiro.

¹¹ Refere-se ao processo pelo qual determinada palavra passa a ser usada como vocábulo gramatical ou como afixo (prefixo ou sufixo), no curso da evolução de uma língua.

por Pe. Fernão de Oliveira com a obra intitulada Gramática da Língua Portuguesa, e em 1572 é escrita a obra Os Lusíadas¹², de Luís de Camões.

Junto ao contexto de formação do idioma português, é importante ressaltar ainda que, Portugal foi o pioneiro nas grandes navegações no séc. XV, pois tinha um governo baseado no mercantilismo¹³ juntamente com a ajuda da burguesia rica o bastante para investir seu dinheiro na compra ou na fabricação de navios, com o intuito de aumentar seus lucros e acumular capital. Outro fator significativo para que ocorresse a expansão comercial do reino de Portugal através das navegações foi sua localização geográfica, que permitia ser um formidável ponto de escala e abastecimento das embarcações. Durante essa época Portugal não tinha conflitos internos e nem externo, diferentemente da Espanha que travava guerra para conseguir expulsar de seu território os árabes (SILVA, 1994).

Nessa perspectiva, ante o contexto mercantilista da época, Portugal e a burguesia investiram juntos em capital nas navegações e na expansão comercial, que acabou por levar a descoberta de novos lugares, dentre eles o Brasil, seja ele por acaso ou não, pois até os dias atuais se é discutido por historiadores a veracidade dos fatos. Consolidado assim, os elementos externos formadores do idioma português, com o processo de colonização, a Língua Portuguesa teve a influência de outras culturas que contribuíram para a formação dos elementos internos da língua.

1.2 A expansão de Portugal e a formação dos elementos internos da Língua Portuguesa

Ao adentrar o século XV, com a expansão marítima de Portugal, novas terras foram descobertas e colonizadas e a Língua Portuguesa foi levada as regiões mais longínquas. No dia 22 de abril de 1500 Pedro Álvares de Cabral toma posse da costa do Brasil em nome do rei de Portugal D. Manuel. Com a chegada de Pedro Álvares de Cabral em terras distantes, os portugueses se depararam com os povos que aqui habitavam, os então índios¹⁴, e posteriormente trouxeram da África os negros para o trabalho escravo, e nesse momento que corresponde ao período colonial, ocorreu todo o processo de aculturação entre essas três raças, sendo elas a base da população brasileira.

¹² Obra poética do escritor Luís Vaz de Camões, que tornou-se uma das maiores figuras da literatura lusófona e um dos grandes poetas da tradição ocidental. A obra, narra a epopeia portuguesa, é composta de dez cantos, 1.102 estrofes e 8.816 versos (LUÍS DE CAMÕES, 2017, [n.p.]).

¹³ Prática econômica do País, a fim de garantir o interesse do rei e aumentar seu poder.

¹⁴ Povos aborígenes do continente americano assim designados pelos descobridores europeus, que se convenceram de que tinham chegado à Índia pelo ocidente (ÍNDIOS, [entre 2003 e 2017], [n.p.]).

No âmbito linguístico, os colonos de origem portuguesa falavam o português europeu, já os índios, os negros e os mestiços tiveram que aprender o português, mas praticando-o de forma imperfeita. Junto com o português existia a língua geral¹⁵, que era o tupi simplificado, sendo que ele foi gramaticalizado¹⁶ pelos jesuítas e posteriormente se tornou a língua comum em nosso país, mas na segunda metade do século XVIII a língua geral entra em decadência. Isso se deu por conta da imigração de portugueses encantados com as novas possibilidades de ouro e diamante. No ano de 1757 Marquês de Pombal proíbe o uso da língua geral e após um ano a obrigatoriedade já havia se estendido por todo o Brasil. Após expulsão dos jesuítas em 1759, a língua geral foi cada vez mais esquecida e seu uso chega ao fim, cinquenta anos depois. Ainda no século XVIII foram documentadas as primeiras alusões dos traços específicos que caracterizavam o português falado no Brasil.

Outro fator histórico que influenciou a Língua Portuguesa, ocorreu no século XIX com a vinda de D. João VI ao Brasil, até então, o príncipe regente do país. Com a invasão francesa em seus territórios a corte portuguesa refugiou-se no Brasil, e no ano de 1808, faz-se do Rio de Janeiro a capital da monarquia de Bragança, abrindo assim o Brasil para o mundo exterior, ao mesmo tempo que acelera o seu progresso material e cultural. É nesse momento que o País começa a se desenvolver com a ajuda dos portugueses, e em 1821 quando D. João VI volta para Portugal a colônia brasileira já está pronta para a sua independência.

Em 1822 o Brasil se torna de fato independente de Portugal, deixando-se influenciar pela cultura francesa e acolhendo imigrantes da cultura europeia, diferente da portuguesa. Com o término do tráfico de escravos, por volta de 1850, e a abolição da escravidão em 1888, a crise econômica e política pela qual a Europa passava e com a necessidade de se receber mão de obra qualificada, o Brasil acolhe imigrantes europeus como os alemães, os italianos, os espanhóis dentre outros. Esse acolhimento de imigrantes europeus acabou gerando no Brasil uma miscigenação entre esses novos povos constituindo assim, um novo processo de aculturação para o País, o que ocasionou em mudanças significativas para a Língua Portuguesa.

Principalmente nos anos de 1870 – 1950, os novos povos se aculturam e fundem-se na sociedade brasileira, com isso, o polo de desenvolvimento desloca-se mais para o centro-sul do país e, conseqüentemente, tem-se a urbanização e a industrialização que modifica a aparência do território brasileiro, levando assim, a forma particular do português que é a língua falada no Brasil até os dias atuais.

¹⁵ Mistura do tupi simplificado com o português.

¹⁶ Também conhecido como gramaticalização, ou seja, foi o processo de formação de elementos linguísticos feito pelos jesuítas.

As diversidades culturais e geográficas contribuíram significativamente para as divisões dialetais, porém a sociocultural foi a que mais influenciou nesse processo linguístico, as diferenças na forma de falar eram maiores em um determinado lugar, portanto pode-se dizer que no falar brasileiro tem-se classificações quanto a variação e o nível de linguagem, sendo eles: língua culta/formal, língua vulgar/coloquial, aspectos socioculturais e geográficos.

Desta forma, é possível afirmar que apesar de se ter a mesma língua falada no Brasil e em Portugal, esta permaneceu com duas ortografias diferentes, ou seja, sem uma uniformidade, pois cada país segue suas próprias normas decorrentes da variação linguística, ocasionando assim, diferenças na redação de documentos, em tratados internacionais e em publicações de obras literárias ou não literárias. A questão da grafia correta tornou-se mais significativa no ano de 1975, com a independência política de outros países que foram colonizados pelos portugueses, sendo eles, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Timor-Leste. Assim, como ocorreu no Brasil, os países independentes passaram a ter o português local como sua língua oficial, o que resultou em oito países falando a mesma língua, porém com sua ortografia particular.

Além dos aspectos já expostos, há que se ressaltar ainda que além das diferenças ortográficas, as línguas também estão sujeitas as variações fonéticas, morfológicas, sintáticas e vocabulares. Importa destacar ainda, que a gramática, é conhecida como um conjunto de normas que garantem o uso adequado da língua, engloba tanto a gramática normativa, quanto a gramática descritiva; já a ortografia pertence apenas a gramática normativa, e essa, está voltada para a representação da escrita, ou seja, a grafia correta das palavras (PASQUALE; ULISSES, 2008).

Somando-se a essas questões, a inexistência de uma ortografia oficial comum, acarreta dificuldades de natureza linguística, política e pedagógica. Por conseguinte, em 1990 os países que adotaram a Língua Portuguesa como língua oficial, empreenderam esforços de unificação da ortografia, ficando conhecido como o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa¹⁷. Para exemplificar na prática a questão de como o acordo ortográfico funciona, Moraes coloca que:

A ortografia funciona assim como um recurso capaz de [cristalizar] na escrita as diferentes maneiras de falar dos usuários de uma mesma língua, escrevendo de forma unificada, podemos nos comunicar mais facilmente. E cada um continua tendo a liberdade de pronunciar o mesmo texto à sua maneira quando, por exemplo, o lê em voz alta (MORAES, 2006, p. 19).

¹⁷ Chamado de novo, porque a Língua Portuguesa já teve acordos anteriores ao de 1990.

Logo, com o objetivo de compreender este movimento de unificação da Língua Portuguesa, faz-se necessário aprofundar a reflexão sobre as mudanças que este idioma já sofreu.

1.3 O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990

O acordo em questão foi fomentado no ano de 1986 com um encontro entre seis dos representantes dos países que adotaram como língua oficial o português, sucedido no Rio de Janeiro, deram o primeiro passo para estabelecer um amplo acordo ortográfico, mas por ser demasiadamente rigoroso propondo uma simplificação do sistema de acentuação gráfica e a eliminação dos acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas acabou sendo rejeitada.

Em outubro de 1990, em Lisboa, reuniram-se novamente para tentar chegar a uma solução para o impasse, no qual foi firmado um pacto efetivo, onde os que assinaram o acordo deveriam torna-lo lei em seus países; a Academia das Ciências de Lisboa juntamente com a Academia Brasileira de Letras seriam responsáveis pela publicação de um vocabulário ortográfico da língua portuguesa, esse acordo acabou entrando em vigência a partir de 01 de janeiro de 2009 aqui no Brasil, mas sua obrigatoriedade no País se dá a partir de Janeiro de 2016 (BRASIL, 2014).

O percurso de unificação ortográfica entre o Brasil, Portugal e os demais países pertencentes a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) perdurou por vários anos de negociações (Quadro 1), cujo objetivo principal foi padronizar e simplificar a escrita do idioma português entre todos os falantes e escreventes da língua. O quadro a seguir demonstra a história de um século, referente a conciliação de unificação da Língua Portuguesa entre os países lusófonos.

Quadro 1 - Trajetória do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

LOCAL	DATA	CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO
Brasil	1907	Preocupação com a simplificação ortográfica da língua. A Academia Brasileira de Letras (ABL) elaborou projeto de reformulação ortográfica e nas suas publicações começou a simplificar a escrita.
Portugal/Brasil	1911	Reforma oficializada. Portugal passou a ter uma ortografia mais fonética. No Brasil oficialmente não houve alterações, pois o país continuou com a ortografia pseudoetimológica.
Brasil	1915	Por resolução Termo determinado e abonado (com exceção das formas hipotéticas), que serve de base para a formação de uma palavra; pode ser uma forma antiga (do mesmo idioma ou de outro) de que se origina a forma recente; pode ser o radical com um afixo, pode ser uma palavra

		moderna a partir da qual se formam outras, pode ser uma forma hipotética (da mesma língua ou de outra) estabelecida para explicar formas recentes., decidiu-se acompanhar a ortografia de Portugal.
Brasil	1919	Revogou-se a resolução de 1915, em razão a grandes discussões.
Portugal/Brasil	1924	Os dois países retomam a discussão da unificação da grafia.
Brasil	1929	A Academia Brasileira de Letras (ABL) lançou um novo sistema gráfico, vigente apenas no Brasil.
Portugal/Brasil	1931	Aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal, porém aqui não foi posto em prática, pois surgiram divergências.
Portugal/Brasil	1943	Aprovado o Novo Acordo, posterior ao Formulário Ortográfico redigido por Brasil e Portugal neste mesmo ano.
Portugal/Brasil	1945	Novo Acordo, posterior ao Formulário Ortográfico redigido por Brasil e Portugal em 1943, tornou-se lei apenas em Portugal. Outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) passaram a seguir esse acordo. No Brasil, o acordo não foi ratificado pelo Congresso Brasileiro, assim, a ortografia definida pelo Acordo de 1943, continuou a ser utilizada, o que gerou diferenças entre ortografia portuguesa e a brasileira.
Brasil	1955	Oficializou-se o Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa (PVOLP), conforme instruções aprovadas em 1943 e atendendo a lei de 1945.
Brasil	1971	Por meio do decreto, Lei nº 5.765, de 18 de dezembro do mesmo ano, foram promulgadas algumas alterações no Acordo de 1943, referente à acentuação gráfica e assim reduziram-se as diferenças ortográficas com Portugal. Esse acordo manteve-se vigente até a entrada em vigor, em 2009, o Acordo de 1990.
Portugal	1973	Foram promulgadas algumas alterações com o objetivo de ampliar a redução das diferenças ortográficas com o Brasil.
Portugal/Brasil	1975	Os dois países elaboraram novo projeto de acordo ortográfico, que não foi aprovado.
Portugal, Brasil e demais países da CPLP	1990	Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe acertaram acordo de unificação da ortografia da Língua Portuguesa, o qual deveria ser ratificado por todos os países pertencente a CPLP, no entanto, só Portugal, Brasil e Cabo Verde efetuaram a ratificação, sendo que a data prevista para o Acordo entrar em vigor era 1º de janeiro de 1994.
Portugal, Brasil e demais países da CPLP	1998	Um Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa retirou a data de início de vigência, porém manteve a necessidade de ratificação por parte de todos os países lusófonos. Outra vez, apenas Brasil, Portugal e Cabo Verde efetuaram a ratificação.
Portugal, Brasil e demais países da CPLP	2004	Aprovado um Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico. Timor-Leste, independente em 1999, passou a interagir a CPLP. Conforme esse protocolo, se três países ratificassem a Acordo, este já se tornaria oficial, podendo entrar em vigor se a aprovação dos demais.

		Brasil (2004), Cabo Verde (2006) e São Tomé e Príncipe (2006) ratificaram o acordo. Embora oficialmente aprovado, três países se abstiveram de torna-lo vigente.
Portugal/Brasil	2008	O acordo foi aprovado pelo parlamento português e em junho de do mesmo ano ratificado pelo governo do país, definindo-se o prazo de seis anos para a implantação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa firmado em 1990. O Brasil define o dia 1º de janeiro de 2009, como a data de início de vigência do referido Acordo e coloca o prazo de três ano para implantação plena deste.

Fonte: Soares (2008, p. 4-7).

Ainda, referente ao acordo de 1990, a princípio propôs-se atender satisfatoriamente as necessidades linguística de cada país, contribuindo desta forma para a publicação de textos sem restrições de ordem técnica ou pedagógica, com a intenção de fortalecer a unidade do idioma na sua exibição gráfica. A fim de evitar a ampliação de uma divisão da língua, a proposta não foi aceita, pois o objetivo maior era o de “ [...] primeiro fixar e restringir diferenças de escrita atualmente existentes entre os falantes da língua; o segundo é ensejar uma comunidade que se constitua num grupo linguístico expressivo” (AZEREDO, 2008, p.24). Desta forma, o acordo proposto posteriormente foi menos radical e tornou-se importante no sentido de defender o idioma do seu processo de separação (desagregação).

Nesta perspectiva, o Acordo Ortográfico de 1990 valida o privilégio do fundamento fonético (Quadro 2), uma vez que esse se preocupa com os sons da fala, em comparação ao etimológico, que segundo o dicionário Houaiss quer dizer “[...] descrição de uma palavra em diferentes estados de língua anteriores, até remontar ao étimo”¹⁸ (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 847).

Para ser facilitado ao público este foi escrito em uma linguagem mais acessível, apresentando suas modificações e sem ser reproduzido na íntegra do acordo, ou seja, de forma resumida, o quadro abaixo traz numa linguagem acessível as 21 bases utilizadas para organizar as mudanças ortográficas na Língua Portuguesa.

¹⁸ Termo determinado e abonado (com exceção das formas hipotéticas), que serve de base para a formação de uma palavra; pode ser uma forma antiga (do mesmo idioma ou de outro) de que se origina a forma recente; pode ser o radical com um afixo, pode ser uma palavra moderna a partir da qual se formam outras, pode ser uma forma hipotética (da mesma língua ou de outra) estabelecida para explicar formas recentes.

Quadro 2 - Bases do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Base I	Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados
Base II	Do H inicial e final
Base III	Da homofonia de certos grafemas consonânticos
Base IV	Das sequencias consonânticas
Base V	Das vogais átonas
Base VI	Das vogais nasais
Base VII	Dos ditongos
Base VIII	Da acentuação gráfica das palavras oxítonas
Base IX	Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas
Base X	Da acentuação gráfica das vogais tônicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas
Base XI	Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas
Base XII	Do emprego do acento grave
Base XIII	Da supressão de acento em palavras derivadas
Base XIV	Do trema
Base XV	Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares
Base XVI	Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação
Base XVII	Do hífen na ênclise, na tmese (mesóclise) e com o verbo haver
Base XVIII	Do apóstrofo
Base XIX	Das minúsculas e maiúsculas
Base XX	Da divisão silábica
Base XXI	Das assinaturas e firmas

Fonte: Soares (2008. p.8).

Os representantes dos países lusófonos que aderiram ao acordo ortográfico chegaram no consenso de que essas alterações acabaram resultando em algo benéfico, pois simplificou-se o registro escrito da língua tornando-o mais fonético e menos etimológico.

Antônio Houaiss¹⁹ define que a ortografia da Língua Portuguesa registra as respectivas fases nos aspectos fonético e etimológico: do século XIII ao XVI tem-se a ortografia fonética, em que a escrita fazia o registro da pronúncia; do século XVI até 1904 ela era pseudoetimológica que, conseqüentemente, sofreu a influência do latim e do grego; de 1904 até os dias atuais temos a simplificada, que na Ortografia Nacional, de Gonçalves Viana, indica a eliminação das consoantes mudas, das consoantes duplas e dos sinais etimológicos gregos como

¹⁹ Filólogo, crítico literário, tradutor, diplomata, enciclopedista e ministro da cultura, nascido no Rio de Janeiro no dia 15 de outubro de 1915.

th, rh e ph, exemplo desses sinais são as palavras dicionario, psicologia, teatro. O quadro 3 exemplifica com clareza as modificações que a Língua Portuguesa passou:

Quadro 3 - Fragmentos das transformações da escrita.

ANO	TRECHO
1500 Trecho final da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, d. Manuel.	“[...] a ela peço que por me fazer singular mereçee mande vjnr da ylha de san thomeee jorje desoiro meu jenro. [...]”
1808 Excerto do jornal Gazeta do Rio de Janeiro de 1808.	“A Suprema Junta de Hespanha foi intallada a 25 do passado no Palácio Real de Aranguez. [...]” (Gazeta,1808).
Após 1943 Fragmento do livro: O meu pé de laranja lima ²⁰	“[...] Estava sentado na mesa, tomando minha caneca de café, com pão sêco e mastigando tudo sem presa alguma. Como sempre apoiava o cotovelo na mesa e fitava a folhinha pregada na parede. [...].”
Após 1971 Fragmento do livro: O poder e o mito ¹⁶	“[...] Você não é, em nenhum sentido, <i>auto-responsável</i> , um agente livre, mas um dependente submisso, esperando e recebendo punições e recompensas. [...].”
Após 2009 Fragmento do livro: O poder e o mito de acordo com o novo acordo ortográfico.	“[...] Você não é, em nenhum sentido, <i>autorresponsável</i> , um agente livre, mas um dependente submisso, esperando e recebendo punições e recompensas. [...].”

Fonte: Soares (2008. p.10).

No Brasil, as principais modificações na grafia das palavras após o acordo ortográfico de 2009 foram no alfabeto; a ausência de acento nos ditongos (*ei*) em palavras paroxítonas; ausência no ditongo (*oi*) em palavras também paroxítonas; ausência de acento no hiato (*oo*) nas palavras paroxítonas; ausência de acento agudo em palavras oxítonas com vogais tônicas escritas com (*i* e *u*), quando esta for precedida de ditongo; redução e simplificação do uso do hífen e por último no trema.

Uma questão a ser pensada é que, no final deste século XXI, os países pertencentes ao acordo ortográfico farão uso dessa forma de escrita como se propôs? Sua resposta ninguém sabe, o que se sabe é que poderá ter um novo acordo, e mais um e quem sabe outro, pois o que se procura é a simplificação da ortografia da Língua Portuguesa, por que é necessário atingir as demandas do tempo em que se vive. “A língua é permeável e, num processo interativo, recebe

²⁰ VASCONCELLOS, José Mauro. O meu pé de laranja lima. São Paulo: Melhoramentos, 1968, p.60. ¹⁶ CAMPBELL, Joseph. O poder e o mito. São Paulo: Palas Athena, 1990, p.138

influências do ambiente, mas simultaneamente age sobre ele, num processo nem sempre rápido, porém contínuo e inexorável” (SOARES, 2008, p 11).

Portanto, o que fica na questão da ortografia é que o seu grau de complexibilidade foi sofrendo no decorrer dos séculos várias alterações, tanto cultural, quanto na forma de escrever. Tais processos passaram por várias transformações até chegar na forma atual. Logo, pode-se concluir que não é fácil de aprender a grafia correta das palavras, mas deve-se fazer uso de todas as ferramentas que auxiliam na aprendizagem da escrita ortográfica, sendo uma delas o ato de ler, assuntos que serão detalhados no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 2

A LEITURA NA CONSTRUÇÃO DA ORALIDADE E DA ESCRITA

A leitura é importante para a aquisição da linguagem oral e escrita, fornecendo-lhe subsídios e ampliando o repertório que auxiliam numa produção de texto autônoma e proficiente²¹, nesse sentido o ato de ler amplia o olhar em relação aos significados que o texto traz como: o conhecimento sobre o assunto tratado, o autor, as características dos diversos gêneros textuais que circulam socialmente e o conhecimento das características linguísticas próprias de cada idioma.

A prática de leitura também propicia uma dicção melhor, aumentando a capacidade comunicativa conforme o grau de exigência para cada situação social. Dessa forma, textos variados trazem infinitas palavras e significados que ampliam naturalmente o vocabulário; outro requisito a se levar em consideração é a memorização das palavras, uma vez que o contato diário com os mais diversificados materiais de leitura, ajudam na fixação e compreensão signos linguísticos e seus diversos usos. Então, a partir disso, percebe-se que ler possibilita entender regras gramaticais que regem uma língua, trazendo múltiplos benefícios desde que a leitura seja uma atividade significativa, reflexiva, contextualizada e prazerosa (BRÄKLING,2012).

No ato da leitura estão presentes duas linguagens distintas, a oral e a escrita, que se complementam e são os pilares do processo de comunicação, uma vez que, sendo a escola um espaço de construção de valores éticos, democráticos e cidadãos, tem como princípio, preparar o aluno para a vida em sociedade. Isto posto, seu propósito é a formação do sujeito para a cidadania, em que a apropriação de conhecimentos permita sua participação efetiva na sociedade.

Ainda de acordo com o processo de apropriação de saberes pertinentes a aquisição da língua, estes estão direcionados à aprendizagem da leitura, do Sistema de Escrita Alfabética²² de escrita, da oralidade e do comportamento de leitor e escritor, os aspectos discursivos, pragmáticos, textuais, gramaticais e notacionais também compõe a aquisição da língua, sendo estes que serão aprofundados a posteriori.

A língua que se fala e que se escreve deve ser ensinada de forma a ampliar a proficiência tanto leitora, quanto escritora, nesse sentido, os documentos e as diretrizes didático-pedagógicas editadas pelo poder público a partir de 1997, intitulados como: Parâmetros

²¹ Proficiência é capacidade, competência, habilidade e/ou domínio num determinado campo. No estudo em questão relaciona-se a proficiência leitora e escritora.

²² Forma de comunicação que se dá através de símbolos ou grafemas.

Curriculares Nacionais (PCNs); o Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa (PNAIC); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- o mais recente, se tornaram responsáveis pela mediação dos saberes e sua aplicação nas práticas sociais, considerando essa articulação em três perspectivas: o aluno, a língua e o ensino, conforme descreve Brasil (1997, p. 25):

O primeiro elemento dessa tríade, o aluno, é o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento¹⁰. O segundo elemento, o objeto de conhecimento, é a Língua Portuguesa, tal como se fala e se escreve fora da escola, a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente. E o terceiro elemento da tríade, o ensino, é, neste enfoque teórico, concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento¹¹. Para que essa mediação aconteça, o professor deverá planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno.

Os documentos em questão estão ancorados em uma filosofia democrática que se apoiaram nos quatros pilares da educação de Jacques Delors²³, tendo por objetivo garantir o direito do indivíduo a uma educação de qualidade, bem como nortear o processo de ensino e aprendizagem do aluno, “[...] visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p.121)²⁴.

No tocante a estes saberes, o indivíduo do século XIX deve aprender a conhecer (obter, processar, interpretar, selecionar, sistematizar, relacionar e dar sentido as informações); aprender a fazer (mobilizar conhecimentos em ações e atitudes); aprender a conviver junto (coexistir com os outros, nas diferenças e no diferente); aprender a ser (crescer em sua individualidade, juntamente com a solidariedade), para que assim ele possa participar socialmente de forma plena, ter acesso à informação, se expressar, partilhar e produzir conhecimento (UNESCO, 1996).

Portanto, pelo fato dos pilares apoiar e sustentar o indivíduo na sociedade, de um modo a torná-la um lugar melhor, onde se respeita as diferenças e ao outro, não deixando seus conhecimentos de lado, e garantindo assim a criticidade, faz-se necessário que a aprendizagem tanto da escrita, quanto da leitura englobe os pilares, com fim de preparar o aluno para a vida em sociedade.

²³ Economista e político francês. Foi professor visitante na Universidade Paris-Dauphine, e na Escola Nacional de Administração. De 1992 a 1996, presidiu a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESCO.

²⁴ Id. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988.

Isto posto, para se alcançar esse objetivo, deve-se ressaltar como o professor pode mediar as situações de aprendizagem, tendo um ensino de qualidade e ajudando o educando a adquirir os conhecimentos linguísticos de seu idioma, imprescindíveis para sua formação. Nesse sentido, o PCN de Língua Portuguesa tem como uns dos seus objetivos saber:

Utilizar as diferentes linguagens [verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal] como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contexto públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicações (BRASIL, 1997, p.8).

Em Língua Portuguesa, a linguagem verbal compreende a língua oral e escrita como sendo o meio necessário para a interlocução, distinguindo-se em ambas quais suas implicações, suas características e respectivas funções. A leitura, como sendo um dos conteúdos a serem trabalhados no processo de aquisição da escrita, deve ser explorada de forma a garantir a escolha do gênero textual mais adequado para cada faixa etária e sua influência no processo de aprendizagem das diferentes linguagens; de que forma esta pode auxiliar na aquisição desses conhecimentos de forma significativa e sólida.

2.1 A língua oral na construção da proficiência comunicativa

A linguagem oral é o meio de comunicação que se usa para exprimir ideias e pensamentos, mas diferentemente do que muitos pensam ela começa desde os primeiros meses de nascimento, ela se dá através do choro e balbuciar do bebê, sendo de uma forma primitiva para se conseguir algo. Conforme o tempo vai passando e com a interação com outras pessoas e os outros lugares, os balbucios vão se tornando palavras, frases e posteriormente a criança se torna capaz de comunicar-se com o mundo a sua volta; com a inserção dela na escola a oralidade vai se desenvolvendo, e aos pouco ela começa a entender a importância das palavras para a comunicação no seu ambiente de interação.

Desta maneira, a escola acaba *ensinando* o educando a se colocar de forma adequada no momento em que ao escutar de seus alunos uma pronúncia errada, o corrige devidamente de acordo com a variedade linguística, afim de garantir a aprendizagem (BRASIL, 1997). No entanto, há que se ter um profundo respeito quanto aos diversos falares trazidos pelos alunos, tanto de seu núcleo familiar, quanto de suas comunidades, cabendo ao professor ensinar-lhes o exercício de ajustar a forma que se fala aos contextos comunicativos e seus interlocutores. Logo, o trabalho com a linguagem oral deve:

[...] acontecer no interior de atividades significativas: seminários, dramatização de textos teatrais, simulação de programas de rádio e televisão, de discursos políticos e de outros usos públicos da língua oral. Só em atividades desse tipo é possível dar sentido e função ao trabalho com aspectos como entonação, dicção, gesto e postura que, no caso da linguagem oral, têm papel complementar para conferir sentido aos textos (BRASIL, 1997, P. 34).

Ainda, quanto a linguagem oral que circula nas práticas sociais, insta lembrar que devido ao processo de imigração ocorrido no país nos dois últimos séculos, sucedeu-se como no processo de colonização, novo movimento de aculturação²⁵ da nação, e que conseqüentemente, ocasionou em vários falares que se diferenciam por regiões, acarretando assim uma variação linguística que rapidamente se fez presente na sala de aula. O professor no seu papel de educador deve estar atento para não colocar de forma inadequada que um determinado aluno, de uma determinada região, com seu sotaque, esteja falando errado. O que ele pode e deve é mostrar que sua forma de expressão não é errada e que a língua varia nos aspectos geográficos e socioculturais²⁶, mas que devido a padrões sociais comunicativos é exigido dele uma linguagem mais formal.

Por conseguinte, expressar-se oralmente necessita de confiança em si próprio, que através de um ambiente favorável pode ser alcançado, além disso, o desenvolvimento da capacidade de se expressar oralmente depende de que a escola respeite e acolha a vez e a voz do aluno, as diferenças e as diversidades existentes no cotidiano. Contudo, depende-se que a escola lhes ensine o uso da língua adequada nas diferentes situações de comunicação, e mostre que esta, se diferencia de acordo com o grau de formalidade exigido na situação discursiva, dependendo também do assunto a ser tratado, da relação entre os interlocutores e da intenção comunicativa.

Para esta questão, é essencial que se faça a adequação dos vários usos de situação que a língua exige, neste sentido se faz necessário abordar a linguagem formal e informal, ou seja, da forma culta e coloquial. Assim, o uso da linguagem formal, está direcionado para as normas gramaticas e a pronuncias correta das palavras, enquanto que a informal é a linguagem do dia a dia, portanto, ela é mais espontânea e regionalizada, podendo-se perceber que não há uma preocupação com as normas gramaticais.

²⁵ Processo cultural de indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos. Primeiro processo de aculturação ocorreu no contato da cultura indígena, europeia e africana; segundo processo ocorreu do movimento imigratório no final do século XIX e início do XX.

²⁶ Que depende do lugar onde mora e de todo o contexto/história de desenvolvimento do país em questão, sendo as principais variações a histórica; social; regional e de estilo.

O PCN de Língua Portuguesa deixa claro que o Brasil possui muitas variedades dialetais²⁷ decorrentes do contexto geográfico e sociocultural do país, e em consequência a isso, encontram-se preconceitos derivados da ideia de valor social, um exemplo na sociedade é o fato de que as variedades linguísticas com menor prestígio, são consideradas inferiores ou até mesmo erradas, mas o que acontece de fato são os falares informais em decorrência dos falares formais (BRASIL, 1997).

O preconceito em relação aos falares pode ser suplantado pela escola através do ensino ao respeito às diferenças, e esquecendo de que só existe uma só forma de falar corretamente, sendo a que se parece com a escrita. “A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de utilizar, considerando as características do contexto de comunicação” (BRASIL, 1997, p. 32), sabendo utilizar de forma adequada as variedades linguísticas convenientes à intenção comunicativa, do contexto e a quem se reportará, sendo assim, a adequação quanto ao uso eficaz e de acordo com as circunstâncias.

Para que a linguagem oral seja inserida como conteúdo escolar é de suma importância que o planejamento da ação pedagógica garanta atividades sistemáticas de fala, escuta e reflexão sobre a língua, como produção e interpretação de textos orais variados, debates, seminários, diálogos, dramatização, entre outros, e uma reflexão de recursos que a língua oferece para se alcançar as diferentes finalidades comunicativas, principalmente as que se refere ao uso da fala formal. “[...] Para isso, é necessário diversificar as situações propostas tanto ao tipo de assunto como em relação aos aspectos formais e ao tipo de atividade que demandam” (BRASIL, 1997).²⁸

Todavia, deve-se lembrar que o aluno, ao entrar na escola, traz consigo suas próprias expressões orais de suas respectivas comunidades e é dever da escola saber adequá-la aos diversos contextos comunicativos, lhe ensinando-lhe que cada um tem sua forma de falar, e que esta varia do lugar onde se mora; assim, não é errado se expressar como tal, mas também é necessário saber fazer uso da norma culta, aprendendo a utilizá-la nas diferentes situações de convívio social.

No sentido de ampliar a competência oral, também faz parte da função da escola propor atividades cujo foco seja as situações de escuta contextualizada, em que o aluno perceba que valha a pena ouvir, como por exemplo nos momentos de contar histórias ou relatos, tanto pelo professor, quanto pelo aluno, pois de acordo com o PCN de Língua Portuguesa,

²⁷ Diferentes falares regionais presentes em uma determinada sociedade, em um dado momento histórico.

²⁸ Ibid., p. 49- 50.

A escuta e demais regras do intercâmbio comunicativo devem ser aprendidas em contextos significativos, nos quais ficar quieto, esperar a vez de falar e respeitar a fala do outro tenham função e sentido, e não sejam apenas solicitações ou exigências do professor (BRASIL, 1997, p. 40)²⁹.

Portanto, nas situações de interlocução, o professor no papel de formador e mediador³⁰ não pode simplesmente deixar que o aluno fale da forma coloquial, porque o falar desatento não garante a aprendizagem primordial da linguagem oral mais formal. O educador deve propor atividades que desenvolva ao máximo das capacidades linguísticas de cada aluno, para que ele aprenda a usar a entonação, a dicção, os gestos e a postura de acordo com mensagem que deseja transmitir, confirmando assim que, a linguagem oral é imprescindível para a comunicação em sociedade (BRASIL, 1997).

2.2 A língua escrita e o ensino da leitura

Se aprender a falar e se expressar é de importância vital no que tange a garantia da autonomia discursiva, aprender a escrever a língua que se fala completa a emancipação comunicativa do indivíduo, sendo esta um direito subjetivo e um dever da educação. Desse modo, com o olhar voltado para o âmbito da alfabetização, ao contrário da concepção de antigamente em que se tinha o olhar voltado somente para como ensinar, hoje o foco do ensino concentra-se em como se aprende. Partindo do pressuposto de que a alfabetização é a aprendizagem do Sistema Alfabético de Escrita, bem como da linguagem escrita nos seus múltiplos usos sociais, considera-se necessário que a aprendizagem destes princípios seja conjunta.

A língua, enquanto idioma, é um sistema discursivo que se constitui no uso e para o uso da fala e da escrita, sempre de forma contextualizada. Todavia, uma situação básica para se ler e escrever com autonomia se dá através da apropriação do sistema de escrita, como o conhecimento do alfabeto, a forma gráfica das letras, seus nomes e o valor sonoro.

“Tanto os saberes sobre o sistema de escrita como aqueles sobre a linguagem escrita devem ser ensinados e sistematizados na escola” (SÃO PAULO, 20014, p.19), visto que, não basta apenas colocar o aluno frente aos textos só para aprender o sistema alfabético e seu funcionamento, ou mesmo para aprender a linguagem escrita, é necessário planejar diversas situações de ensino que possibilitem a aquisição do conhecimento linguístico.

²⁹ Ibid., p. 40.

³⁰ Intermediário das situações de aprendizagem.

O professor como educador precisa considerar todos e quais tipos de conhecimentos prévios que os alunos trazem consigo, para que desse modo, ele perceba as necessidades/dificuldades de cada um de seus educandos, adaptando assim sua didática, a fim de garantir uma aprendizagem eficaz (MORAIS, 2006).

Por ser de grande complexibilidade a aprendizagem da ortografia, é necessário que o ensino da escrita esteja relacionado com a leitura, pois nesse sentido, a aprendizagem estará inserida dentro de um contexto, facilitando assim, na compreensão do conteúdo, sem que aja obrigatoriamente a memorização de regras gramaticais.

Nesta perspectiva, Morais ³¹coloca que o ato de refletir sobre a ortografia nos dias de hoje, é devido aos avanços educacionais que se teve no ensino da Língua Portuguesa, em que se prioriza no trabalho escolar, ainda que de forma tímida, o uso de textos significativos e variáveis linguísticas nas diversas situações de convívio social, com o objetivo de tornar o aluno proficiente na língua oral e escrita (MORAIS, 2006).

Destacando-se ainda que é preciso ver a leitura e a produção de texto como eixos orientadores no trabalho da língua, de forma que sejam eficientes e facilitadores para a aprendizagem da escrita ortográfica, bem como qual a metodologia a ser utilizada e sua forma de avaliação. Morais confirma essa questão quando coloca que,

Vemos, frequentemente, que a escola *cobra* do aluno que ele escreva certo, mas cria poucas oportunidades para refletir com ele sobre as dificuldades ortográficas de nossa língua. Creio que é preciso superar esse duplo desvio: em vez de se preocupar mais em avaliar, em verificar o conhecimento ortográfico dos alunos, a escola precisa investir mais em *ensinar*, de fato, a ortografia (MORAIS, 2006, p. 17- 18).

Não se pode deixar que os erros dos alunos sejam vistos como censura e discriminação, e nem confundir sua capacidade de compor texto com rendimento ortográfico, mas sim levar em consideração os saberes que possuem e adequando o que não se sabe no momento da aprendizagem. Um dos muitos métodos que se pode e deve usar é o da prática da leitura dentro e fora da escola, uma vez que esta ajuda na compreensão do conteúdo, permitindo que o aluno argumente e reflita sobre o que se está lendo, ou seja, levante hipóteses colocando em jogo tudo o que ele sabe e pensa sobre a língua.

Para que isso ocorra, o professor precisa estimular o máximo possível as capacidades de aprendizagem do aluno, estimulando-o a criar o hábito de ler os diferentes tipos de textos e materiais, seja um livro, uma revista, ou um jornal, colocar o discente frente a um mundo

³¹ Arthur Gomes de Morais, professor na Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Psicologia pela Universidade de Barcelona.

letrado, sabendo decodificar e compreender o sentido das palavras dentro de um contexto, bem como a mensagem explícita e/ou implícita, presente no texto.

Todo esse processo começa com o professor, sendo portanto necessário, que ele modelize as ações em sala de aula, para que seus alunos sigam seu exemplo. Logo, é fundamental que durante o ensino ele incite o aluno quanto a ler com prazer e promova a reflexão do que se está lendo, quanto a grafia das palavras, e a importância de reler cuidadosamente texto, desta forma, o educador passa para seus alunos conceitos importantes sobre a escrita que possibilita uma eficaz aprendizagem.

Se colocado perante a bons textos, os alunos serão capazes de criar condições que os levam a raciocinar sobre as características linguísticas destes e a sua internalização/prática.

Portanto, “a leitura de materiais impressos é assim uma importantíssima fonte alimentadora para a reflexão ortográfica” (MORAIS, 2006. p.62), e se faz necessário que o professor desenvolva no seu aprendiz a capacidade de olhar para o “interior das palavras”, sendo que a forma de escrita não é apenas um transmissor de significados, e sim, um objeto de conhecimento para a vida em sociedade.

2.3 O ato de ler

De acordo com Vygotsky³², toda as atividades cognitivas básicas do indivíduo são determinadas de acordo com sua história social, ou seja, todas as capacidades cognitivas de uma criança e sua forma de estruturar seu pensamento, são resultado de sua interação com o ambiente e a condição em que se vive. Assim sendo, a história da sociedade na qual a criança está inserida e sua história pessoal são fatores fundamentais que determinam a forma como cada um irá raciocinar. Portanto, a interação com o outro está diretamente ligada com o desenvolvimento da linguagem.

A partir do momento que se compreendeu a linguagem como processo de interlocução, ou seja, a interação com o outro tendo a língua como veículo comunicativo, sabe-se que ler não é apenas descobrir os sentidos colocados em textos, mas sim, interpretar os possíveis sentidos ali presentes com base no conjunto de referências semânticas.

³² Lev Semyonovich Vygotsky (1896-1934), foi psicólogo e pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual da criança ocorre em função das interações sociais e condições de vida.

Como diz Bräkling³³ (2012, p.6)³⁴, “[...] as palavras têm seus próprios significados e são estáveis, porém cada sujeito lhe atribui um sentido, de acordo com suas experiências pessoais tornando-os únicos”. Nessa ótica, um exemplo a seguir, demonstrará o significado das palavras que todos lhe atribuem, de acordo com suas vivências: Quando se fala cadeira de dentista, todos sabem exatamente a que se refere, mas em conformidade com as experiências pessoais de cada indivíduo seu sentimento em relação ao objeto em questão, se uma pessoa teve um contato bom ele agregará sentimentos positivos, no caso de um contato negativo, conciliará sentimentos ruim (BRÄKLING, 2012).

No momento em que se interpreta um texto, no qual a palavra cadeira é utilizada, cada um processará os significados que conhece, assim como os sentidos que constituiu acerca do mesmo, tornando sua compreensão para todos ao mesmo tempo única a cada indivíduo.

Destacando ainda que todo texto tem sua finalidade, e que ajustá-lo o seu propósito, facilitará na busca e na orientação da leitura, como por exemplo as indagações acerca de: qual o objetivo do texto; qual o assunto tratado; qual o lugar de circulação desse tipo de texto; qual o gênero escolhido na redação do texto (um conto, uma poesia, uma prosa, um editorial, ou até mesmo um ensaio literário); de que forma ele está estruturado; em qual portador este gênero circula (revista, livro, jornal, mural, HQ, etc.). “Assim, um texto é determinado pelas características do contexto no qual é produzido, pois um produtor competente sabe que seu texto será tanto mais eficaz, quanto melhor estiver adequado a estes aspectos” (BRÄKLING)³⁵.

Igualmente a escrita que trabalha com significados diversos, ler é um processo de reconstrução dos sentidos inseridos no texto, envolvendo um conjunto de significados e sentidos formado pelo sujeito, que considera também as características do contexto de produção do texto. Assim, quanto maior for o repertório de conhecimento pessoal do indivíduo, mais fácil será a compreensão e interpretação ao longo do texto, e todo esse processo pressupõe uma facilidade de localizar informações contidas no texto, inferir sentido nas palavras e expressões que não se conhece, articular informações de diferentes trechos em um texto, sintetizar informações semânticas e associa-las com outros textos e vivências do leitor, discutindo o que se está lendo, exercendo assim a reflexão e a criticidade.

³³ Especialista em Organização Curricular e Formação de Professores em Alfabetização e Ensino de Língua Portuguesa. Professora da Pós-Graduação do ISE Vera Cruz. Assessora da SEE de SP. Mestre em Linguística Aplicada pela PUC de SP.

³⁴ Modalidades Organizativas e modalidade didáticas no Ensino de Linguagem Verbal. In: _____. A leitura da palavra: aprofundando compreensões para aprimorar as ações e prática educativa.

³⁵ Ibid., p. 7.

É fato que se lê por diferentes motivos e diferentes contextos, logo existem diversos procedimentos para lidar com o material de leitura, além de desenvolver certos comportamentos de leitores proficientes, como procurar por resenhas, discutir com os colegas, procurar por indicações, entre tantos outros. Deste modo é necessário que tais comportamentos sejam vistos como objetivos de ensino nas escolas.

Para exemplificar os procedimentos de leitura, se faz necessário compreender o seu real significado, sendo que se entende por procedimentos, o conjunto de fazeres e práticas que envolve a leitura, como ler da esquerda para a direita, de cima para baixo; reler uma parte do texto para se certificar da compreensão do texto; usar uma caneta de marca texto para grifar partes importantes; foliar da direita para a esquerda sem pular partes e até mesmo adequar as modalidades de leitura, sendo ela exploratória ou exaustiva, pausada ou rápida, cuidadosa ou descompromissada (BRÄKLING, 2012).

Quando se refere ao comportamento de leitor, é preciso entender que esses aspectos que dizem respeito a familiaridade de um sujeito com outro leitor, os valores construídos com relação a leitura e propriamente em si ao ato de ler, alguns exemplos de comportamento estão presentes no momento em que uma pessoa recita parte de um texto que gostou para um colega, compartilha a leitura com o outro, faz uma reflexão sobre o que se está lendo e o discute com o companheiro, frequenta bibliotecas, entre outros.

Sendo assim, a escola tem um importânte papel no que se refere a leitura, pois essa, como um lugar de construção social, precisa desenvolver desde os primeiros anos escolares o hábito e a prática da leitura que possibilita analisar textos de forma critica, dando assim uma amplitude maior do seu ponto de vista e sua comcepção de mundo.

2.4 O papel da escola na construção da proficiência leitora

A leitura tendo como finalidade a compreensão de mundo, assim como a proficiência comunicativa oral e escrita, deve ser trazida para a sala de aula como práticas significativas que levem a participação efetiva da cidadania, a partir de uma visão didática clara, ou seja, deixando de ser apenas um objeto de ensino “[...] Para que possa constituir também objeto de aprendizagem, [...] que faça sentido para o aluno, isto é, a atividade de leitura deve responder, do seu ponto de vista, a objetivos de realização imediata” (BRASIL, 1997, p. 41).

Em vista disso, cabe a escola discernir quais são os conteúdos fundamentais de leitura, sejam eles, comportamentos leitores, procedimentos e capacidades de leitura. Posterior se faz

necessário adotar práticas educativas que possibilitem o estabelecimento e a ampliação de tais comportamentos.

As modalidades didáticas do trabalho pedagógico de leitura propõe ao aluno atividades com um propósito definido e que façam sentido, tratando-a assim, como objeto de aprendizagem, conservando sua natureza e sua complexibilidade, sem descaracterizá-la. Isso denota trabalhar com a variedade de textos existentes nas práticas sociais e suas combinações entre eles. Também se faz necessário trabalhar as diferentes finalidades sociais da leitura, como para informar-se, escrever, resolver um problema prático, para revisar um texto, recrear-se, entre outras.

Nesse sentido, segundo Bräkling (2012), é indispensável organizar o trabalho educativo voltado ao comportamento e procedimento leitor, pois é função da escola ensinar estas competências, principalmente quando se depara com situações em que o aluno não possui o contato sistemático com bons materiais, assim como contato com adultos leitores.

Para que este trabalho se torne produtivo, a escola precisa oferecer materiais de boa qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leitura eficazes, visto que, essa pode ser a única oportunidade de o aluno interagir significativamente com bons textos. Portanto, faz-se necessário oferecer materiais que circulem na sociedade, pois não se forma bons leitores somente com situações de leituras através de livros didáticos, ou seja, textos escolares, ou ainda apenas textos que o professor pede para ler (BRÄKLING, 2012).

Algumas das propostas de modalidades organizativas para se trabalhar em sala de aula são com projetos de leitura, escuta e produção de texto; além das sequências didáticas e das atividades independentes. Estas modalidades didáticas podem se diferenciarem de acordo com dois critérios: a frequência com que a modalidade é trabalhada (uma ou mais vezes na semana) e a duração do trabalho (de uma semana até mais de um mês).

Para as atividades independentes, partindo do ponto de vista da sua frequência em sala de aula, estas podem ser habituais/permanentes ou ocasionais. Nesta lógica, as atividades permanentes são aquelas que possuem uma frequência e que são definidas, possibilitando ao aluno contato constante com a mesma e com o conteúdo nela tematizado. Já as atividades ocasionais não são vistas com regularidade, um exemplo seria a leitura de um assunto pertinente ao momento.

A sequência didática de atividades, como o próprio nome diz, é uma sucessão de atividades organizadas sobre determinado conteúdo linguístico, seja ele discursivo, textual ou gramatical, de modo que, o sujeito tenha uma apropriação efetiva dos conhecimentos de maneira progressiva. Exemplos dessa modalidade, são sequências de leitura planejadas com o

propósito de estudar um determinado tema, estudar as características do gênero em questão, ou até mesmo as regularidades ortográficas.

Com relação aos projetos de leitura, escuta e produção de texto, estes organizam-se também com atividades planejadas de modo sequenciado, porém voltado para a elaboração de um produto final, cujo objetivo é resgatar e consolidar os saberes adquiridos. Esta modalidade denota que o trabalho pode ser composto por sequências de atividades, assim como, atividades independentes. Exemplo de projeto: a produção de poemas de bichos, e como produto final um livro produzido pelos alunos para a biblioteca da escola, de modo que todos possam consultá-lo (BRÄKLING, 2012).

Ainda no tocante as modalidades didáticas, é oportuno explicitar que se tratam de atividades elaboradas de modo a utilizar como tema aspectos específicos de um conteúdo que se quer explorar de forma gradual, partindo de níveis de conhecimento que os alunos já dominam para chegar aos níveis que eles precisam dominar. Em relação a Língua Portuguesa, elas apresentam procedimentos que permitem ver com maior clareza os aspectos orais e escritos da língua que se usa nas práticas sociais, dando ao conteúdo a ser aprendido um tratamento didático específico e planejado.

Simultâneo ao uso das modalidades didáticas voltadas ao ensino da língua escrita, também se pode trabalhar com as modalidades organizativas do trabalho pedagógico voltadas à aquisição competência leitora, a produção de texto e a revisão textual. Quanto as atividades de leitura pode-se trabalhar com: leitura colaborativa/compartilhada; leitura diária; roda de conversa; leitura em voz alta, ora pelo professor, ora pelo aluno; leitura programada; diário pessoal de leitura; diário de estudo; como tantos outros. Já nas modalidades de produção de texto, lista-se o reconto, o ditado de texto ao professor, a produção coletiva com professor escriba da turma, a reescrita de próprio punho, a elaboração de texto de sua própria autoria.

A produção e a revisão textual vista como modelização é um importante instrumento que ajuda a aprimorar estética discursiva ³⁶do texto, pois ao escrever é comum aparecer dúvidas e incertezas quanto ao que colocar e de que forma; também é fundamental que ao final da produção de um texto este seja revisado, porquanto, é nesse momento em que pode-se encontrar erros ortográficos, de concordância verbal, e de sentido. Assim, para se certificar da clareza e

³⁶ Traços e marcas da linguagem escrita que qualificam o texto (coesão, coerência e textualidade).

precisão do texto, é necessário que o produtor releia, averiguando se as informações relevantes estão presentes e fazendo os ajustes quanto a coesão e a coerência³⁷.

No decorrer das reflexões apresentadas, pôde-se perceber que tanto a linguagem oral, quanto a escrita, juntamente com a prática de leitura, se complementam. Isso significa que há uma troca entre elas e que uma se apoia na outra no processo de ensino da Língua Portuguesa, além do que, todas devem ser vistas como práticas sociais. No tocante a aprendizagem, o professor tendo em mãos um plano de ensino que priorize o ensino reflexivo da língua, bem como a mediação dos conteúdos e atividades pode proporcionar diversas metodologias que englobam a escrita, a oralidade e a leitura como ferramentas no processo de ensino e aprendizagem eficaz. (BRÄKLING, 2012).

Há que se destacar também que o olhar de um educador necessita estar atento para perceber as múltiplas facetas que cercam o ambiente escolar e principalmente a didática a se escolher, pois uma visão ampla para as situações de aprendizagem facilita o ensino. É preciso desmistificar que no processo de alfabetização e letramento, o mais importante para se aprender é a linguagem escrita. Unir a linguagem escrita, a linguagem oral e a leitura é fazer uso de procedimentos didáticos-metodológicos que atuam conjuntamente para a proficiência leitora e escritora do indivíduo, tanto em relação a compreensão do que se lê, quanto a uma escrita ortográfica, coesa e coerente.

A fim de ampliar a discussão sobre como o professor pode mediar à construção da ortografia, a seguir pretende-se mostrar quais estratégias didáticas auxiliam neste processo tornando-o fácil e prazeroso, além de contribuir para a consolidação de uma leitura e escrita competentes.

³⁷ A coesão é o mecanismo linguístico que permitem uma sequência lógico-semântica entre as partes de um texto, sejam elas palavras, frases, parágrafos, etc. Já a coerência volta-se para o léxico (significado das palavras) e seu sentido dentro do texto, não mais dos elementos estruturais que o compõem.

CAPÍTULO 3

MODALIDADES DE LINGUAGEM E PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS NO ENSINO DA ORTOGRAFIA

Para que o aluno aprenda de maneira contextualizada e com sentido, é importante associar as linguagens oral e escrita, ao trabalho com leitura de forma que ambos se completem e não se tornem tarefas reduzidas apenas ao objetivo da codificação e decodificação da língua. Assim, a leitura e outros eixos presentes no ensino da língua serão o objeto de estudo deste capítulo, a fim de analisar se eles contribuem de fato para a aquisição da norma padrão da língua; para tanto serão abordados os procedimentos didáticos metodológicos envolvidos nesses eixos e no ensino da ortografia.

Quando se dialoga sobre o que é didática e sua função, precisa-se ter claro que essa é uma área da ciência pedagógica que tem como foco principal o ensino e a prática de métodos e técnicas que propicia a aprendizagem do aluno por meio da intervenção de um professor, que de acordo com Brasil (1997) é o mediador entre o objeto de conhecimento e o sujeito (aluno).

Segundo Veiga, “a intencionalidade educativa está presente no processo de ensino e é indicadora das concepções de quem a propõe (2004, p.15 *apud* MARTINS, 2012, p.32)³⁸. A intencionalidade do professor irá definir o caminho a ser trilhado, ou seja, o método de ensino, já os veículos que fazem parte desta didática, reportam-se aos procedimentos e recursos materiais.

Para compreender a função que cada aspecto exerce no ensino, parte-se do pressuposto da intencionalidade educativa, em que:

O método é o elemento unificador e sistematizador do processo de ensino, que determina o tipo de interação a ser estabelecida entre o professor, alunos e conteúdo [...] Já as técnicas são as instâncias intermediárias, os componentes operacionais de cada proposta metodológica que viabilizarão a implementação do método em situações práticas (MARTINS)³⁹.

Portanto, o professor precisa estar atento ao seu planejamento, bem como a metodologia a ser adotada e se de fato garantirá a aprendizagem da norma ortográfica da Língua Portuguesa. Muitas vezes o que pode acontecer na formação inicial do professor é a desvalorização do ensino da ortografia e da gramática, sendo que a aquisição de tal conhecimento acaba por ficar

³⁸ MARTINS, Pura Lúcia Oliver. *Didática*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

³⁹ *Ibid.*, p. 33.

defasada, causando-lhes insegurança e dificuldade durante o processo de mediação deste conteúdo (HEINIG, 2005).

Há que ressaltar ainda, que para ensinar ortografia, o professor precisa ter um conhecimento sólido do conteúdo, se não, este será apresentada de forma descontextualizada e com o foco na memorização de regras e no erro, ao invés de valorizar aquilo que o aluno já sabe. Dessa forma, é necessário que o professor substitua essa metodologia pela análise e reflexão de como a língua funciona, o que é adequado ou inadequado no ensino da língua padrão. Nesse sentido Morais (2006, p.18) ressalta que:

Para evitar a propagação desse tipo de autocensura, nós, mestres, precisamos rever nossa atitude para com o erro ortográfico e nossa postura mais geral na hora de ensinar e avaliar ortografia. Para isso precisamos entender que a ortografia é uma convenção social cuja finalidade é ajudar a comunicação escrita.

Uma questão ainda levantada por teóricos gira em torno da aprendizagem tradicional, centrada numa perspectiva reducionista, contrária a perspectiva construtivista (Quadro 1). Sendo que a primeira forma de ensino se dá de uma maneira direta, onde:

durante décadas, focalizou seu esforço somente em condutas e habilidades a serem ensinadas, na preparação de tais habilidades, em conhecimentos a transmitir, e não no de ensinar como um processo de aprendizagem do aluno, e de reflexão para o professor (TEBEROSKY; COLOMER, 2003, p.79).

Para se desenvolver aprendizagem construtivista, precisa-se criar situações problematizadoras a fim de que o objetivo de estudo ganhe sentido na sala de aula, além da observação pelo professor, de como os alunos se apresentam diante das situações propostas e como dialogar para que o mesmo consiga absorver mais de uma alternativa durante a aprendizagem segundo as autoras.

Quadro 1 - Ensino tradicional X construtivismo.

ABORDAGEM TRADICIONAL	ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA
Enfoque no professor.	Enfoque no aluno.
Enfoque no conteúdo.	Enfoque na construção individual de significados.
A mente do aluno funciona como uma “tabula rasa”.	A aprendizagem é uma construção do aluno sobre conhecimentos prévios.
O aluno é receptor passivo de conhecimento.	Ênfase no controle do aluno sobre sua aprendizagem.
Memorização de conhecimento.	Habilidades e conhecimento são desenvolvidos no contexto onde serão utilizados.

Fonte: Rezende (2000, p.7).

A autora coloca que a abordagem construtivista tem sido ultimamente muito utilizada no cotidiano escolar, pois essa propicia ao professor fazer uso de materiais didáticos informatizados como fonte de saber para uma aprendizagem significativa, enquanto que o ensino tradicional fica preso quase que exclusivamente no professor e o aluno é visto como mero receptor de conteúdo.

Ao se abordar o ensino da ortografia precisa-se sempre ter em mente que esta deveria estar sempre vinculada à prática da leitura, da produção e revisão textual. Conforme já discutido, o professor, como mediador da aprendizagem, deve adequar os conteúdos e fazer uso dos diversos procedimentos que auxiliam na aquisição de conhecimento linguístico, em relação aos gêneros do discurso.

Nesse sentido, é necessário colocar o aluno em contato com os diversos gêneros textuais, falados ou escritos, incorporando a prática da reflexão sobre a língua em seus elementos estruturais e discursivos, assim, o educador estará colaborando para a formação de um cidadão, mas não somente isso, e sim um cidadão capaz de pensar criticamente, argumentar e se colocar perante as diversas situações cotidianas, na qual durante todo esse processo o professor agirá como mediador das situações de aprendizagem, logo, “[...] somente uma pessoa que tem um uso eficiente e criativo da fala, da leitura e da escrita é capaz de refletir sobre a língua e aprender a gramática” (GOMES, 2012, p.86).

No ensino da ortografia, cabe ao professor distinguir o que o aluno pode compreender e o que ele precisa memorizar de fato, pois a língua dispõe de regularidades e irregularidades ortográficas, sendo que esta última são as regras pré-estabelecidas, ficando assim direcionado o uso da memorização, destacando que para essas situações o uso do dicionário durante a aula

é uma forma significativa de ensino. No entanto, o tratamento dado ao conteúdo a ser aprendido, só será possível se o professor incorporar à prática docente procedimentos didático-metodológicos que tenham “[...] uma estreita relação entre o que e como ensinar. Mais do que isso: parte-se do pressuposto de que a própria definição dos conteúdos é uma questão didática que tem direta relação com os objetivos colocados” (BRASIL, 1997, p. 37).

Precisa-se também levar em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, e ter em mente que a criança em um primeiro momento se apropria do sistema alfabético, que como Morais coloca “ [...] é um processo progressivo, sendo descrito pela psicogênese da escrita⁴⁰, onde aos poucos a criança apodera-se da base alfabética” (2006, p.20).

Destacando ainda que é necessário que o docente leia para os alunos desde o início do de sua escolaridade, mesmo que esses ainda não estejam alfabetizados, pois através de atividades de leitura o aluno tem acesso à cultura escrita, ou seja, os alunos entram em contato com a riqueza e a complexidade que a língua escrita exige. A leitura proporciona ainda uma ampliação de mundo, motiva desejos por novas leituras, instigando a criatividade, a imaginação, o faz de conta, compreender o funcionamento comunicativo da escrita e a relação da fala com a mesma (SÃO PAULO, 2014).

Baseado nos estudos de Bräkling (2012), foram selecionadas algumas atividades de leitura (Quadro 2), pertencentes as modalidades didáticas de trabalho com a linguagem, partindo do princípio de qual objetivo o professor quer alcançar e a finalidade didática da atividade; quanto as modalidades do trabalho com linguagem, elas podem ser de leitura ou escuta, de produção de textos orais ou escritos, de revisão e de análise linguística.

Quadro 2 - Algumas atividades de leitura (adaptado do quadro Modalidades didáticas de trabalho com a linguagem).

TIPOS	FINALIDADES
<p style="text-align: center;">Leitura em voz alta feita pelo professor</p>	<p>Algumas finalidades: explicitar ao aluno – por meio da fala do professor - comportamentos de leitor (critérios de escolha e apreciação das obras, por exemplo; recursos que utilizou para a escolha do texto – autor, gênero, editora, ilustrações, entre outros); possibilitar aos alunos que não leem o contato com textos em linguagem escrita de boa qualidade; possibilitar aos alunos contato com textos que não escolheriam de maneira independente; ampliar repertório de leitura.</p>

⁴⁰ Segundo pesquisas de Emília Ferreira e Ana Teberosky, a psicogênese da escrita são as hipóteses que as crianças constroem sobre o sistema de escrita.

Diário Pessoal de Leitura	<p>Trata-se da elaboração de um diário pessoal que contenha comentários a respeito da obra que se está lendo.</p> <p>Cada aluno elabora o seu diário e, a cada dia levam para a classe disponibilizando-o para leitura dos demais colegas.</p> <p>A finalidade de tal atividade é tanto acompanhar os critérios de apreciação que cada aluno está utilizando para analisar o que lê, quanto possibilitar a circulação das impressões registradas entre os demais alunos da classe.</p>
Leitura em voz alta	<p>Atividade que permite o trabalho com os aspectos relativos à oralização de texto escrito como dicção, entonação, dramatização, entre outros. É preciso que aconteça em um contexto no qual oralizar texto escrito faça sentido. Para tanto, recorrer às situações enunciativas nas quais essa capacidade é solicitada: ler discurso em cerimônia de encerramento de ano letivo, de comemoração, ler textos em saraus literários, ler textos vários, em voz alta, para gravar CD de divulgação, anunciar, em supermercado, produtos e promoções, entre outras</p>
Roda de leitores	<p>Possibilitar a socialização das leituras realizadas de maneira independente, com a finalidade de observar comportamentos leitores já construídos pelos alunos e, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório por meio da explicitação dos comportamentos de todos.</p> <p>Possibilita, ainda, a discussão e estudo de uma determinada obra ou de um conjunto de obras do mesmo autor, com a finalidade de compreender seu estilo pessoal.</p> <p>Pode realizar-se, portanto, considerando obras de escolha pessoal ou obras selecionadas pela escola.</p>

Fonte: Bräkling (2012, p.44-45).

A análise das atividades propostas pela autora evidencia que a leitura auxilia o aluno a compreender o sistema escrita antes mesmo de dominar o sistema alfabético, assim como, possibilita o contato com vários tipos de texto e incorporando-os a prática da leitura no cotidiano. Além disso, durante a realização das atividades de leitura o professor será o mediador servindo também como modelo para o aluno no que tange aos procedimentos e comportamentos de leitor, que não interferem no ensino da ortografia, mas na autonomia leitora, que pode ser resgatada quando o aluno consulta um dicionário, por exemplo.

Assim como a leitura, outra modalidade que contribui para a aprendizagem da ortografia, é a da produção textual (Quadro 3), que servirá como indicativo para o professor se de fato os alunos compreenderam a escrita ortográfica, mas para que isso aconteça, o docente precisa estar atento ao objetivo e finalidade do que pretende ensinar, nesse sentido, o

planejamento é imprescindível e deve ser voltado para seu real propósito, neste caso a ortografia.

Quadro 3 - Atividades de produção de texto (adaptado do quadro Modalidades didáticas de trabalho com a linguagem).

ATIVIDADES	FINALIDADE
<p>PRODUÇÃO COLETIVA COM ESCRIVENTE</p> <p>Ditado ao professor de texto que se vai produzindo coletivamente</p>	<p>Possibilitar a apropriação de:</p> <p>a) características do gênero do texto,</p> <p>b) de aspectos textuais - nos quais se articulam a produção do conteúdo temático e do texto;</p> <p>c) de aspectos notacionais;</p> <p>d) de procedimentos de escritor - planejamento, revisão processual e final – por meio da modelização realizada pelo professor.</p>
<p>DITADO DE TEXTO CONHECIDO AO PROFESSOR</p> <p>reescrita com escrevente</p>	<p>Possibilitar a apropriação das características da linguagem escrita – seja em registro literário ou não.</p>
<p>RECONTO</p>	<p>Possibilitar a apropriação das características da linguagem escrita da esfera literária, por meio do reconto.</p>
<p>ELABORAÇÃO DE TEXTO DE AUTORIA PESSOAL</p>	<p>Possibilitar ao aluno a produção de textos na qual se articulem produção temática e textual</p>

Fonte: Bräkling (2012, p.48- 49- 50- 55)

A produção textual serve como método para adquirir conhecimentos tanto ortográficos quanto gramaticais, instiga o educando a ter contato com os vários gêneros textuais, compreender sua estrutura, conteúdo temático e estilo. Também o coloca para raciocinar sobre a forma de escrever, levando assim a memorização da escrita correta das palavras, a ampliação de vocabulários, compreensão do uso da pontuação, coesão e coerência textual.

Para que se alcance a proficiência do conteúdo, outra ferramenta importante que se precisa fazer é a revisão textual (Quadro 4), como atividade permanente, pois ela permite refletir sobre a escrita de um texto que é significativo para o aluno (produtor) assim como encontrar erros ortográficos; gramaticais; ausência de coesão, coerência, concordância nominal, verbal e sentido do texto. Este trabalho quando incorporado a prática de sala de aula leva aos poucos a construção da escrita formal.

Quadro 4 -Atividades de análise linguística (adaptado do quadro Modalidades didáticas de trabalho com a linguagem).

ATIVIDADE	FINALIDADE
<p>SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA REVISÃO DE TEXTO</p>	<p>Trata-se de uma sequência de atividades de análise de textos - de referência e/ou dos próprios alunos - para revisar textos produzidos pelos alunos, buscando ajustá-lo ao contexto de produção e demais conteúdos discursivos, textuais, pragmáticos, gramaticais e notacionais anteriormente discutidos.</p> <p>Considerações importantes:</p> <p>a) selecionar conteúdos específicos para fazer a revisão. A revisão de todos os aspectos implicados pode resultar improdutiva, dada a complexidade da articulação de diferentes aspectos;</p> <p>b) considerar, em revisões futuras, aspectos que podem ir sendo articulados, paulatinamente;</p> <p>c) organizar a revisão nos três momentos de agrupamento: coletivo maior, grupo/duplas, individual;</p> <p>d) quando organizados em duplas, os dois alunos devem revisar um texto, primeiro, indicando aspectos que precisem de ajustes, e, depois, o outro texto; após a indicação dos aspectos a serem ajustados, cada aluno reescreve seu texto;</p> <p>e) no processo de revisão, tomar como critério os relativos a:</p> <p>a. adequação do texto ao contexto de produção;</p> <p>b. adequação dos textos aos aspectos textuais, gramaticais e notacionais discutidos em aulas anteriores.</p>
<p>SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA ESTUDO</p>	<p>São sequências de atividades elaboradas com a finalidade de se estudar determinado conteúdo de linguagem, sejam eles discursivos, pragmáticos, textuais, gramaticais ou notacionais.</p> <p>As atividades devem proporcionar aos alunos uma reflexão a cada vez mais ampliada ou complexa sobre determinado conteúdo (acentuação, pontuação, coerência, coesão, entre outros). Além disso, devem prever estudo concentrado em espaço não muito longo de tempo.</p> <p>Devem prever movimento metodológico que considere:</p> <p>A - Ação do professor:</p> <p>a) Levantamento de necessidades de trabalho a partir de uma produção inicial.</p> <p>b) Isolamento, entre os diversos componentes da expressão oral ou escrita, do fato linguístico a ser estudado, tomando como ponto de partida as capacidades já dominadas pelos alunos: o ensino deve centrar-se na tarefa de instrumentalizar o aluno para o domínio cada vez maior da linguagem.</p> <p>c) Priorização dos aspectos a serem trabalhados.</p> <p>d) Construção de um corpus que leve em conta a relevância, a simplicidade, bem como a quantidade dos dados, para que o aluno possa perceber o que é regular.</p> <p>B - Ação do aluno:</p>

	<p>a) Análise do corpus, promovendo o agrupamento dos dados a partir dos critérios construídos para apontar as regularidades observadas, por meio de um processo de observação e comparação.</p> <p>b) Organização e registro das conclusões a que os alunos tenham chegado.</p> <p>C – Ação do professor:</p> <p>a) Apresentação da metalinguagem, após diversas experiências de manipulação e exploração do aspecto selecionado, o que, além de apresentar a possibilidade de tratamento mais econômico para os fatos da língua, valida socialmente o conhecimento produzido. Para esta passagem, o professor precisa possibilitar ao aluno o acesso a diversos textos que abordem os conteúdos estudados.</p> <p>Este momento do processo apenas ocorrerá quando as atividades de sistematização, ocorridas num nível metalinguístico se fizerem necessárias.</p> <p>b) Exercitação sobre os conteúdos estudados, de modo a permitir que o aluno se aproprie efetivamente das descobertas realizadas.</p> <p>D – Ação do Aluno:</p> <p>a) Reinvestimento dos diferentes conteúdos exercitados em atividades mais complexas, na prática de escuta e de leitura ou na prática de produção de textos orais e escritos.</p> <p>Importante: organizar os registros do conhecimento discutidos, os quais serão referência para a produção e revisão de textos.</p>
--	---

Fonte: Bräkling (2012, p.56- 57).

Quando se fala em trabalho com a leitura e a escrita o professor precisa estar atento aos vários aspectos linguísticos correlatos existentes, sendo eles: notacional; discursivo; gramatical; pragmático e o textual.

Os aspectos notacionais referem-se as características da representação gráfica da linguagem, ou seja, compreende a natureza do sistema de escrita, enquanto o aspecto discursivo refere-se as características da linguagem em uso, ou seja, o funcionamento da linguagem em que se usa para escrever.

Nesse sentido, é necessário que se aprenda os aspectos notacionais da escrita, ou seja, os princípios alfabéticos e as restrições ortográfica, em seu interior do processo de aprendizagem do uso da linguagem escrita. É disso que se fala quando se diz que é preciso “[...] aprender a escrever, escrevendo” (BRASIL, 1997).

Já o aspecto gramatical estabelece padrões de escrita e fala para os falantes da Língua Portuguesa, sendo que nela pode-se encontrar quatro tipos, sendo elas o da gramática descritiva que analisa a língua com o objetivo de entender suas mudanças com o passar do tempo; gramática normativa que se pode considerar sinônimo de norma culta, pois esta estabelece o

uso do certo e errado; histórica que pesquisa a origem e a evolução de uma língua e a comparativa que estabelece comparação de uma língua com outra da mesma família.

O aspecto pragmático refere-se a semântica de um discurso que não está diretamente prevista a partir de sua estrutura linguística, ou seja, ela é o sentido, a interpretação que se emprega em um texto através de todo o seu contexto.

O aspecto textual, que está voltado para os vários tipos textuais, dentre eles pode-se citar a narração; descrição; dissertação; injunção e exposição, destacando que tipos textuais são diferentes de gêneros textual. Os teóricos Robert-Alain Beaugrande e Wolfgang Dressler supõem sete princípios da textualidade, sendo eles: a coesão, que refere-se ao modo como as informações e os componentes de um texto se conectam respectivamente; a coerência que refere-se a relação entre as informações que o texto traz, juntamente com o conhecimento de mundo de seus leitores; a intencionalidade que está relacionado aos objetivos comunicativos e atitudes, como informar, alarmar, convencer, impressionar, entre outros; aceitabilidade que é um complemento da intencionalidade, porém este está mais direcionado ao leitor, onde esse busca assegurar a compreensão da mensagem de acordo com suas expectativas em relação ao texto; informatividade que refere-se ao grau de informações presente em um texto, quanto mais previsível for menos informativo será o texto para um determinado usuário; situacionalidade que refere-se a como o texto se relaciona com a situação de determinados fatos e intertextualidade é a relação que um determinado texto tem com outros, seja ele oral ou escrito (GOMES, 20012).

Quando se refere que o professor precisar estar atento ao seu planejamento é primordial que o mesmo sabia que o ensino da norma ortográfica dispõe de regularidades e irregularidades, e cabe o educador propor atividades que objetivam sua finalidade a ser atingida, se está será voltada para a compreensão de regras, ou a de memorização de determinadas palavras.

Segundo Brasil (1997, p. 57)

De modo geral, o ensino da ortografia dá-se por meio da apresentação e repetição verbal de regras, com sentido de “fórmulas”, e da correção que o professor faz de redações e ditados, seguida de uma tarefa onde o aluno cópia várias vezes as palavras que escreveu errado. E, apesar do grande investimento feito nesse tipo de atividade, os alunos — se bem que capazes de “recitar” as quando solicitados — continuam a escrever errado.

Assim se o professor almeja que seus alunos se tornem leitores e escritores proficientes, deverá planejar atividades permanentes e sequências didáticas de atividades que se articulem

em torno de dois eixos básicos: sendo que o primeiro se refere aos princípios de geração⁴¹ relacionado ao que é *produtivo*, ou seja, compreender que existe uma regra que define a escrita de determinada palavra (regularidade ortográfica) e o que é *reprodutivo*, quando não é possível determinar regras, obrigando a uma escrita de memória (irregularidade ortográfica) . No segundo eixo é a distinção entre as palavras de uso frequente e as infrequentes na escrita impressa, ou seja, palavras mais comuns e menos comuns.

Brasil (1997) defende, que independentemente de serem regulares ou irregulares, as formas ortográficas mais frequentes na escrita devem ser aprendidas o quanto antes. Não se trata de definir rigidamente um conjunto de palavras a ensinar e desconsiderar todas as outras, mas de tratar diferentemente, por exemplo, a escrita inadequada de *quando* e de *questiúncula*, de *hoje* e de *homilia* — dada a enorme diferenciação da frequência de uso de umas e outras. Assim é preciso que se diferencie o que deve estar automatizado o mais cedo possível para liberar a atenção do aluno para outros aspectos da escrita e o que pode ser objeto de consulta ao dicionário.

O primeiro aspecto que o professor precisa levar em consideração é o do diagnóstico dos conhecimentos ortográficos que seus alunos têm, para isso é preciso ser realizado com olhar cuidadosos o que eles revelam ao escrever. Alguns dos instrumentos que auxiliam no diagnóstico se dão através de textos espontâneos e notação de textos ditados.

Nesse sentido, Morais (2007, p.47-48) coloca que:

Para sondar ou diagnosticar o que nossos alunos já sabem sobre ortografia, é preciso “olhar com olhos cuidadosos” o que eles revelam ao escrever. Isto é, pensamos que, para acompanhar a evolução que revelam no domínio da norma, devemos não apenas constatar o que erram e acertam, mas *mapear e registrar* seus progressos. E fazê-lo de *forma periódica* (grifo do autor).

Sendo assim, a escola deve ensinar ortografia tratando-a como objeto de reflexão, pois o que vemos é que a educação do mesmo tem sido propagada de uma forma descontextualizada, onde se acreditava que simplesmente a repetição e a decoração do conteúdo bastavam para aprender, sendo esse o ensino tradicional. Posteriormente houve uma ausência do ensino da ortografia, ou o ensino assistemático, onde a cobrança continuava sobre a mesma. Esses fatores contribuíram significativamente para as dificuldades no ensino da norma ortográfica.

Por conseguinte, o ensino da norma ortográfica precisa ser pautado na explicitação de seu conhecimento, ou seja, é necessário que se promova situações de aprendizagem onde o

⁴¹ Aspecto que gera (define) a escrita de uma palavra, podendo vir de uma regra ortográfica ou não ter regra que explique a grafia da palavra.

aluno será estimulado a pensar, refletir, discutir e deixar claro o que sabem sobre a norma ortográfica e compreendendo que para alguns casos existem regras compreensíveis e que em outros a ausência da regra deve levar a memorização. Visto que “Ainda que tenha um forte apelo à memória, a aprendizagem da ortografia não é um processo passivo: trata-se de uma construção individual, para a qual a intervenção pedagógica tem muito a contribuir” (BRASIL, 1997, p. 57).

Quando se fala em ensino da ortografia o professor precisa criar situações em que o aluno possa expressar suas dúvidas de como se escrevem as palavras, colocando-as em situações de aprendizagem que tenham sentido e sirvam de suporte quando este se deparar com uma circunstância semelhante.

Com a finalidade de instrumentalizar o professor, Morais (2007) subdivide a sistematização do ensino-aprendizagem da ortografia em três grupos: Atividades de reflexão sobre palavras a partir de textos; atividades de reflexão sobre palavras fora de textos; atividades de revisão das produções. A partir deste rol de situações o autor sugere algumas atividades que levam a compreensão das regras ortográficas regulares e irregulares.

As atividades de reflexão sobre palavras a partir de textos tem a intenção de propiciar a focalização de questões ortográficas como: transgressão das palavras de propósito, o escrever errado intencionalmente permitindo que o aluno movimente os saberes que já se tem da norma ortográfica, ou seja, o conhecimento necessário das regularidades ortográficas que deverão mobilizar; ditado interativo, em que se busca ensinar ortografia refletindo sobre o que se está escrevendo, ao contrário do simples ditado tradicional; releitura com focalização, durante a leitura de um texto conhecido, fazer interrupções para debater certas palavras, refletindo sobre sua grafia.

Já nas atividades de reflexão sobre palavras fora de textos propõe-se a análise linguística das palavras fora de um contexto para se ter clareza da dificuldade quanto a sua regularidade ou irregularidade, assim, nas palavras regulares pode-se - redigir um quadro de regras com a turma para ser consultado sempre que necessário; comparar palavras com sons parecidos (pote/bote; faca/vaca; dela/tela, etc.); após um caça-palavras convencional, separar as palavras encontrados por dificuldades; inventar palavras para refletir sobre as dificuldades ortográficas. Para as palavras irregulares, deve-se utilizar palavras que muitas vezes são escritas de forma incorreta, para que os alunos percebam que foi um erro próprio dela e que para essas palavras não há regras na decisão de qual letra usar; organizar no formato lista as palavras que devem ser memorizadas, até mesmo relacionadas a outras áreas de conhecimento e deixar exposta na sala de aula para serem consultadas quando necessário (memorização visual).

Para as atividades de revisão das produções, para que se dê ao alunos um auxílio sobre normas ortográficas e reflexão sobre a Língua Portuguesa em situações que requerem: o uso do dicionário para ampliar conhecimentos e habilidades quanto a sequência das letras; se a palavra procurada realmente corresponde ao que quer escrever (significado); palavras que se apresentam de forma não-flexionadas; ensinam a organizar listas de palavras do mesmo campo semântico (animais, nomes, alimentos, etc.) encontradas no dicionário; organizar essas listas em ordem alfabética; fazer jogos com sequência de palavras; criar de um dicionário da turma, com palavras selecionadas por eles; encontrar o significado das palavras e fazer a correspondência deste e relação ao significado das palavras *homófonas heterógrafas*. Moraes (2007) coloca que o dicionário deve ser utilizado como um instrumento, cabendo ao professor ser o mediador de conhecimentos, instigando no aluno a curiosidade e a vontade de descobrir novos saberes.

Ao longo da pesquisa pôde-se verificar que a Língua Portuguesa surgiu num determinado tempo e espaço numa junção de valores e costumes agregados por várias culturas. O idioma português depois de consolidado deixou de ser transmitido apenas oralmente e passou a ser registrado de acordo com as normas linguísticas próprias, pertencentes aos aspectos gramatical e lexical, que caracterizam todo e qualquer idioma.

Pertencente a gramática normativa encontra-se a ortografia e, quando se trata de ensiná-la, o professor deve partir dos conhecimentos prévios que o aluno tem sobre a linguagem, para criar situações de aprendizagem significativas e contextualizadas, fazendo da leitura, da produção de texto, da análise linguística e do dicionário, ferramentas que ajudam no processo de aprendizagem da língua que se fala e se escreve. Portanto, cabe ao professor agir como mediador entre o objeto de conhecimento e o sujeito da aprendizagem, intervindo de forma que o ensino seja pautado na reflexão e no uso da língua ante as práticas sociais.

CONCLUSÃO

A partir de uma análise da influência que a leitura tem no processo de aquisição da ortografia para uma escrita correta da Língua Portuguesa, buscou-se levantar quais aspectos auxiliam na apredizagem de uma escrita ortográfica, as principais dificuldades que se encontra ao ensinar a mesma e quais ferramentas auxiliam o professor no ensino da norma ortográfica.

O ensino da ortografia ainda passa por um processo de transição entre aprender a escrita correta através da memorização de regras que são descontextualizadas, ou de maneira reflexiva e vinculada a leitura, sendo que esta influencia positivamente na aprendizagem da mesma. A aquisição da ortografia cuja finalidade é se apropriar da norma padrão da Língua Portuguesa, deve ser vista como acesso autônomo as práticas sociais letradas, no entanto, a educação escolar ainda busca como ensinar a norma ortográfica e quais procedimentos didático-metodológicos utilizar.

Para a compreensão da temática em questão, fez-se um estudo da história da Língua Portuguesa, desde o seu surgimento na Península Ibérica, passando pela dominação romana do território, que desencadeou todo o processo e a evolução de um idioma, o português. Após já ter se consolidado como o idioma de uma nação, a Língua Portuguesa chega ao Brasil, passando por vários processos de aculturação, impactando significativamente para a língua em questão, acarretando no processo de formação de uma língua interna, gerando futuramente a necessidade de se criar acordos ortográficos com o intuito de unificar a língua.

A leitura tem papel relevante na aquisição da linguagem oral e escrita, assim com os procedimentos didático-metodológicos ajudam na construção da apropriação do sistema ortográfico, sendo que esta precisa ser realizada através da discussão e reflexão, possibilitando assim, a compreensão de que o ensino de ambas as linguagens precisam estar vinculada com a prática da leitura desde os primeiros anos ensino escolar, colocar o aluno frente a um mundo letrado através contato diário com os mais vários vocabulários, seja por meio da escrita ou da fala, lhes ensinando o uso adequado que a sociedade cobra.

No entanto, estimular a leitura apenas não basta, visto que, o ensino da ortografia é bem complexo e que compete ao professor analisar os erros ortográficos dos alunos, de forma que o foco não seja a escrita errada, mas sim no que o aluno já conquistou, bem como as pistas que a escrita dá sobre o que ainda precisa internalizar. O professor, a partir do levantamento prévio dos saberes dos alunos e do diagnóstico a partir de sua escrita, deve planejar situações de aprendizagem que vão ao encontro das necessidades do educando.

Algumas reflexões ortográficas precisam ser trabalhadas em conjunto como a leitura e a produção textual, mas que também é imprescindível o uso da revisão textual, para que os alunos percebam seus erros e tenham a oportunidade de corrigi-los de forma reflexiva e não pela memorização. Uma boa metodologia é o uso do dicionário na sala de aula, para que possa ser consultado quando os alunos em situações de escrita tem dúvida quanto a grafia correta; cabe ao professor trabalhar antes as finalidades deste material didático, bem como o seu manuseio.

Assim percebe-se que todas as situações de ensino da língua oral e escrita devem ser mediadas pelo professor, que buscará desenvolver em seus alunos a reflexão quanto a norma ortográfica, valorizando os saberes já incorporados e desafiando-os para novos conhecimentos.

Ao longo da pesquisa encontraram algumas dificuldades quanto a busca de material na área e sua interpretação, mas devido a importância do tema e a persistência da autora do trabalho, as dificuldades foram superadas, podendo-se enfim utilizar o produto final como referência para novos estudos e reflexão, tanto da pesquisadora, quanto dos professores, em relação a importância de se trabalhar a norma ortográfica, desde que esteja contextualizada e com sentido para o aluno. Desta forma, pode-se considerar o trabalho relevante para o meio acadêmico e social, também consta que esta pesquisa é um primeiro passo dado para o ensino da norma ortográfica.

Para que se alcançasse o objetivo proposto, a pesquisa pautou-se numa revisão bibliográfica do tipo descritiva, sendo analisados alguns aspectos do nosso idioma, com o objetivo de examinar a influência da leitura na apropriação da escrita ortográfica. Através do levantamento de dados nos estudos de Moraes e Soares, comprovou-se que o ensino da Língua Portuguesa acontece articulando-se os eixos que envolvem a reflexão do Sistema de Escrita Alfabética, a oralidade, a leitura e a produção textual, que refletem no uso autônomo da norma padrão nas práticas sociais.

Uma sociedade letrada não acontece de um momento para o outro, é uma construção de ações que demandam de tempo e paciência, assim como ocorrido na evolução da história da Língua Portuguesa e do novo acordo ortográfico. Ensinar requer, portanto, ter um olhar atento para as reais necessidades do aluno, onde o planejamento da ação pedagógica, juntamente com o planejamento da ação didática fará toda a diferença no processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos. *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Houaiss e Publifolha, 2008. p.13-24.

BRÄKLING, Kátia Lomba. *A leitura da palavra: aprofundando compreensões para aprimorar as ações e prática educativa*. São Paulo (SP): SEE/CEFAI, 2012. p.7.

_____. *Modalidades Organizativas e modalidade didáticas no Ensino de Linguagem Verbal*. In: _____. *A leitura da palavra: aprofundando compreensões para aprimorar as ações e prática educativa*. São Paulo: SEE/CEFAI, 2012. p.6.

BRASIL. *Acordo Ortográfico*. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/12/acordo-ortografico-so-entrara-em-vigor-em-2016>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988

BRASIL. Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica. *Pró Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização e Língua*. Brasília: MEC, 2008. p.14 e 35.

_____. Ministério da Educação, Secretária de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília, MEC/SEB, 1997. 144p.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática Histórica*. São Paulo: Ática, 1969. p.20-22.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. p.52.

GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar: Como Fazer da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 34.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. *Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa*, Curitiba: Intersaberes, 2012. 174p.

HEINIG, Otilia Lizete de Oliveira Martins. *A formação do professor e seus reflexos na aprendizagem do sistema escrito*. In: Anais do IV Congresso Internacional de Educação, São Leopoldo: 2005. 17p.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 847-913.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. *Didática*. Curitiba: Intersaberes, 2012. p. 32-33.

MORAIS, Arthur Gomes. *Ortografia: ensinar e aprender*, São Paulo: Ática, 2006. p.17-18.

REZENDE, Flávia. *As novas tecnologias na prática pedagógica sob a perspectiva construtivista*. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências. v.2; n.1. Belo Horizonte: mar. de 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-21172000000100070&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acesso em: 24 set. 2017.

SILVA, Alexsandro da. *Ortografia na sala de aula*. (Org.). Alexsandro da Silva; Artur Gomes de Moraes; Kátia Leal Reis de Melo. -1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 144p.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1994. p. 26-27-28-29.

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Presença, 1986. p.70.

_____. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1986. 237p.

SOARES, Rosalina. *Guia Ortográfico da língua portuguesa: orientação sobre o novo acordo*. Curitiba: Positivo, 2008. p.10-11.

SÃO PAULO (Estado), Secretária da Educação. *Ler e Escrever: guia de planejamento e orientações didáticas*. São Paulo (SP): SEE/CEFAI, 20014. p.19.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. *Aprender a ler e a escrever: Uma proposta construtivista*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 79.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. Brasil: Martins, 20014. 148p.

UNESCO. *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira Paris: UNESCO,1996. 41 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Dimensões do processo didático na ação docente*. Curitiba: Champagnat, 2004. p. 15.

BIBLIOGRAFIA

LEMOV, Doug. *Aula nota 10: 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência*. Tradução Leda Beck. São Paulo: Da Boa Prosa; Fundação Lemann, 2001. 330p.

LINGUAGEM ORAL, 2010. Disponível em:
<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/linguagem-oral/9571>>
Acesso em: 14 de abr. 2017.

NAZAR, Rosa Maria Gasparini. *Eixos da educação*. 11 de abr. 2017. 70f. Notas de Aula. Slide em Power Point.